

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Laura Viola Matzenbacher Hübner

ATENÇÃO NOVA REPÚBLICA: NÓS TAMBÉM QUEREMOS DAR PALPITES
uma análise da participação política feminina através da revista *Claudia* (1985 – 1988)

Porto Alegre

2017

Laura Viola Matzenbacher Hübner

ATENÇÃO NOVA REPÚBLICA: NÓS TAMBÉM QUEREMOS DAR PALPITES
uma análise da participação política feminina através da revista *Claudia* (1985 – 1988)

Monografia de conclusão de curso apresentada como requisito para obtenção do título de Licenciada em História pelo Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof. Dr. Natalia Pietra Méndez

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Viola Matzenbacher Hübner, Laura
ATENÇÃO NOVA REPÚBLICA: NÓS TAMBÉM QUEREMOS DAR
PALPITES - uma análise da participação política
feminina através da revista Claudia (1985 - 1988) /
Laura Viola Matzenbacher Hübner. -- 2017.
68 f.
Orientadora: Natalia Pietra Méndez.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em
História, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Revista Claudia. 2. Gênero. 3.
Redemocratização. 4. Público. 5. Privado. I. Pietra
Méndez, Natalia, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, fora temer. A lista de pessoas que gostaria de agradecer por terem me acompanhado e me auxiliado durante a minha trajetória bem poderia tomar todo o espaço desta monografia. Entretanto, para poupar a leitora ou leitor, vou salientar algumas pessoas que tornaram este percurso mais agradável de ser vivenciado, na expectativa de que aquelas e aqueles que não forem mencionados aqui saibam que a minha gratidão extrapola estas palavras.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à Natalia, por toda a orientação e disposição que me ofereceu durante esses anos de graduação, dos quais este trabalho de conclusão é apenas uma pequena parte. Foram as discussões em grupo, a Iniciação Científica e as cadeiras que cursei que me formaram enquanto professora e pesquisadora – feminista e política – possibilitando a realização deste trabalho. Queria agradecer, também, à banca, Anna Cláudia e Benito, que tão prontamente aceitaram a tarefa (espero que não muito maçante) de avaliar esta monografia.

Às amigas e amigos que tornaram esta trajetória muito mais divertida e prazerosa. À Debora, pelas conversas de terça, vinhos e pães de alho; à Josie e Laura pela companhia certa, seja no suco, seja na cerveja; à Amanda, à Lívia e ao Tiago, que escutaram meus choros e meus risos – as vezes ao mesmo tempo – durante esses 5 anos; à Carol, Mari e Nicolle, que desde o ensino médio, seja brigando, seja *metendo o famoso loco*, estiveram sempre do meu lado; à Carollis, flor que me ensina todos os dias; aos meus primos, Lucas e Mateus, que acompanham a minha formação desde muito antes (e aos verões em Garopaba); ao meu cunhado, Bruno, que me proporcionou algumas das discussões mais acaloradas (e reflexivas) da minha graduação.

Um agradecimento especial ao Dionathas, com o qual vou ter que discordar (seguindo nossa tradição de discussões teóricas): o amor não é *ahistórico*, é repleto de historicidade. Rupturas, continuidades, interpretações, transformações. E é isso que o torna tão interessante de ser vivenciado. Muito obrigada pelo constante crescimento juntos (espero a tréplica).

Por último – e mais importante – à minha família. À minha irmã e melhor amiga, Júlia, que amo tão imensamente que às vezes dá vontade de voltar a ser bicho preguiça e me pendurar na tua perna (mas não dá, a pequena cresceu) e que me ensina todo dia a ser uma pessoa melhor (e a comer mais legumes); ao meu pai, Eugênio, que de tanto dizer que eu sou a *Laurinha que não tem medo de nada*, me encorajou a me posicionar perante as injustiças do mundo, além de me apresentar para o mundo dos livros do qual ainda não voltei; e à minha mãe, minha *Claudia*, que todo dia me surpreende com a capacidade de se reinventar, qualidade que eu espero herdar além das sardinhas e do interesse pela História, *sinto muito, me perdoe, te amo, sou grata*.

RESUMO

O presente trabalho é sobre como, em um contexto de reformulação sócio-política no Brasil (1985 – 1988), as mulheres encontraram uma brecha para saírem do âmbito *privado* – historicamente associado a elas – e lutarem por seus ideais e projetos de sociedade no campo político-institucional, o mais *público* dos espaços. Os questionamentos que fizemos a partir disso são: de que maneira isso aconteceu? Quais foram os catalisadores que possibilitaram que as mulheres se inserissem nestes espaços, até então negados a elas? *Quem* eram essas mulheres? Que rupturas o processo de redemocratização infligiu na condição feminina, e quais continuidades? No intuito de responder estas indagações analisamos as edições publicadas entre 1985 e 1988 da revista *Claudia*, um dos periódicos direcionados ao público feminino de maior alcance no Brasil no período. A luta pela cidadania política gerou uma mobilização para que a mesma não tivesse significância apenas em escala nacional, mas também no mais privado da sociedade – sobre os sujeitos, possibilitando que as barreiras entre o público e o privado, estruturantes de nossa sociedade, fossem transgredidas e ressignificadas.

Palavras-chaves: Revista *Claudia*; Gênero; Redemocratização; Público; Privado.

ABSTRACT

The present paper is about how, in a context of social-political reformulation in Brazil (1985-1988), women found a breach to exit the *private* sphere - historically associated with them - to fight for their ideals and projects of society in the political-institucional field, the most *public* of spaces. The questions we made from that scenario are: in which way did that happen? Which were the catalysts that allowed women to introduce themselves on those spaces, that until that point were denied to them? *Who* were those women? What ruptures did the redemocratization process inflicted on the condition of females, and which continuities? In order to answer those questions, we analyzed the issues published between 1985 and 1988 of *Claudia* magazine, one of the periodicals directed to the female public with the greatest reach in Brazil in the period. The struggle for political citizenship generated a mobilization so that it did not have significance only in national scale but also in the most private of society - on the subjects, allowing the barriers between the public and the private, structuring of our society, to be transgressed and re-signified.

Keywords: *Claudia* Magazine; Genre; Redemocratization; Public; Private.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Fafá nos comícios	16
Imagem 2 – Dicas para um bom congelamento	27
Imagem 3 – Cardápio que você faz em 30 minutos	27
Imagem 4 – <i>Quizz</i> : Você é uma pessoa otimista?	28
Imagem 5 – Claudia 25 anos	29
Imagem 6 – Publicidade: <i>Lepper</i>	33
Imagem 7 – Publicidade: <i>USTOP</i>	34
Imagem 8 – Publicidade: <i>Chevrolet</i>	34
Imagem 9 – Cecéu I	37
Imagem 10 – Cecéu II	38
Imagem 11 – Aborto	41
Imagem 12 – A crise dos 40 dele	47
Imagem 13 – Masculinidades I	48
Imagem 14 – Masculinidades II	48
Imagem 15 – Masculinidades III	48
Imagem 16 – Masculinidades IV	48
Imagem 17 – “Aecinho” Neves	49
Imagem 18 – A virada de Corazón	51
Imagem 19 – Novas seções	55
Imagem 20 – Nós também votamos	56
Imagem 21 – A constituinte vem aí!	57
Imagem 22 – Atenção, Nova República	57
Imagem 23 – As lições do cruzado	59
Imagem 24 – Policiais no lugar de fiscais	59

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. ABERTURAS: POLÍTICA E TEORIA DA HISTÓRIA	12
1.1 A Nova República: Cidadania, substantivo feminino	13
1.1.1 “Democracia fora e dentro de casa”	15
1.2 Quebrando os <i>silêncios</i> : Reflexões teóricas	19
2. A REVISTA CLAUDIA: ENTRE REPRESENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES	25
2.1 A revista Claudia: a amiga da leitora	29
2.1.1 A arte de ser mulher: O fenômeno Carmen da Silva	30
2.1.2 A liberdade e o liberal	32
2.2 “ <i>O machão à moda antiga, ainda</i> ”: Tensionando a <i>masculinidade</i>	34
2.3 “ <i>Até parece coisa de supermulher</i> ”: Quem são as mulheres de <i>Claudia</i> ?	36
2.3.1 Mundo do trabalho	38
2.3.2 Sexualidade e direito reprodutivo	40
2.3.3 Maternidade	41
3. ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: RELAÇÕES DE GÊNERO EM PERSPECTIVA	43
3.1 Reflexões sobre os limites entre os âmbitos público e privado	43
3.2 Homens privados, Mulheres públicas	46
3.2.1 O Novo Homem	46
3.2.2 A Nova Mulher	50
3.3 “A Nova República é nossa”: A presença da política em <i>Claudia</i>	52
3.3.1 Feminismo e <i>Claudia</i> : um catalisador	53
3.3.2 Uma Nova República, uma nova <i>Claudia</i> , uma nova mulher	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	64

INTRODUÇÃO

Em 1961 era lançado o primeiro exemplar da revista *Claudia*, pela editora Abril. Nesse mesmo ano foi enviado um editorial aos anunciantes com o objetivo de vender espaços publicitários na revista, justificando o porquê de serem a escolha certa:

Por que a *Claudia*? O Brasil está mudando rapidamente. A explosiva evolução da classe média torna necessária uma revista para orientar, informar e apoiar o crescente número de donas de casa que querem (e devem) adaptar-se ao ritmo da vida moderna. [...] *Claudia* não esquecerá, porém, que a mulher tem mais interesse em polidores do que em política, mais em cozinha do que em contrabando, mais em seu próprio corpo do que em outros planetas... *Claudia*, enfim, entenderá que o eixo do universo da mulher é seu próprio lar.¹

Estamos agora em 1986. Mais precisamente na edição da *Claudia* de março de 1986. *O que há de novo?*² Essa indagação, além de nossa, era o título de uma matéria que tinha como intuito mostrar às fiéis leitoras quais eras as novidades que este ano trazia, e que tinha como chamada o seguinte trecho:

1986 é o ano do cometa de Halley. Só por isso, dizem os supersticiosos, já começou de cabeça pra baixo, com seca e calor no Sul e muita chuva no Nordeste. Veja nesse roteiro o que mais vai acontecer: a Copa do Mundo, as eleições, inflação nas nuvens, muita literatura, cores fortes na maquiagem, teatro a mil, velhas bossas que a moda faz ressurgir.³

A chamada de uma matéria, reportagem ou entrevista em periódicos ou telejornais, tem o intuito de atirar a atenção do receptor para o conteúdo que virá a seguir. Dessa forma, podemos observar que as “iscas” utilizadas para atrair as leitoras, em 1986, não foram polidores, cozinha ou o próprio corpo; mas sim política, economia e fenômenos astronômicos.

Comparando esses dois trechos, observamos que a noção de que exista apenas um *eixo do universo da mulher*, nesses 25 anos que separam as edições, foi esmorecendo, possibilitando uma multiplicidade de *eixos e mulheres*. Desses 25 anos, 21 foram cenário da Ditadura Civil-Militar que ocorreu entre 1964 e 1985, que, além do terrorismo de Estado a nível individual e coletivo, também impactou grandemente os meios de comunicação, através, principalmente, do mecanismo da censura.

A experiência política da década de 1980 no Brasil foi marcada por diversos processos críticos e conturbados. O encaminhamento para o fim da Ditadura Civil-Militar, a redemocratização, as primeiras eleições consideradas livres, a constituinte, a emergência de

¹ PINSKY, Carla Bazanessi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 40.

² CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, fev., 1986, p. 36.

³ *Idem. Ibidem.*

variados movimentos sociais, foram algumas das agitações que caracterizaram esse novo período de vivência política.⁴

Em um momento histórico de (re)formulação política, como o descrito acima, novos projetos de sociedade e de governabilidade entram em conflito, e setores, que antes eram excluídos desses âmbitos, encontram uma brecha para fazer suas próprias propostas. Considerando a presença de uma bancada feminina na constituinte de 1988, observamos que as mulheres foram um desses grupos que conseguiram, ainda que em menor escala, se inserir no âmbito público da política. O movimento feminista, que desde a década 1960 ganhava forças no Brasil, foi um dos catalisadores dessa mudança no *status quo* da participação política feminina, por mais que essas mulheres não necessariamente se identificassem com o movimento. A presente pesquisa pretende investigar como se deram essas discussões nos veículos de comunicação de massa que possuíam como público alvo as mulheres, para compreender não só como foi discutida essa inserção, mas também como funcionou o lento esmorecimento da barreira entre as esferas pública e privada, que estruturam a sociedade ocidental.

Assim, alguns dos problemas que inicialmente podemos elencar são: como, em um momento histórico de efervescência política, os periódicos voltados para a massa feminina veicularam as possibilidades da participação de mulheres na política? Quais eram os limites dessa participação? Como conseguiram equilibrar ou transpor (ou até mesmo em que medida manter) as barreiras do *público/privado*? Em que medida o feminismo dessa geração influencia nesse aparente impulsionamento da participação feminina na revista?

Para nos auxiliar nesta investigação analisaremos algumas edições da revista *Claudia*⁵, também conhecida como a “amiga íntima da mulher brasileira”⁶. Publicada pela primeira vez

⁴ Cf. VERSIANI, Maria Helena. Uma república na Constituinte (1985 – 1988). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 30, n. 60, pp. 233 – 252, 2010.

⁵ As edições foram todas disponibilizadas no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, sendo que seis das 48 requeridas não constavam no acervo, conforme é possível observar na relação de documentações presente na página 64 e 65.

⁶ Frase referente ao editorial da primeira edição da revista, em 1961: “Seja bem-vinda. Você tem em suas mãos o primeiro número de uma revista que pretende desempenhar um papel muito importante na sua vida futura. CLAUDIA foi criada para servi-la. Foi criada para ajudá-la a enfrentar realisticamente os problemas de todos os dias. CLAUDIA lhe apresentará mensalmente idéias para a decoração de seu lar, receitas para deliciar sua família, sugestões para mantê-la sempre elegante e atraente. Mas o importante é a forma como isto será feito. Antes de mais nada, CLAUDIA deverá ser útil para você. Deverá tornar-se sua amiga íntima. E estará sempre às suas ordens para lhe proporcionar todas as informações e novidades que você espera há tanto tempo, numa só revista, simpática, completa e moderna. Seja bem-vinda, pois, às páginas de CLAUDIA. Temos certeza de que ela será sua companheira fiel nos anos vindouros” In: OLIVEIRA, Claudia Neli Borragini Abuchaim de. Um Olhar Sobre o Olho que Olha: Adorno do Ethos, Autoridade do Pathos e Mudanças Discursivas na Constituição do Feminino na Revista Claudia. PUC-SP, (Tese de Doutorado), São Paulo, 2014, 229f, p. 84.

pela editora Abril, em 1961, este foi, do seu surgimento até o período estudado, um dos periódicos femininos de maior alcance no Brasil. Um dos possíveis indicativos que mostra esse alcance da revista *Claudia* são os dados que coletamos na página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): do ano de 1960 ao ano de 1970 excedeu o dobro de mães e pais que nomearam suas filhas como *Claudia*, sendo um nome da “moda”, em comparação com os dados que se tem do período anterior.⁷ Além disso, esse alcance é perceptível através dos altos números de tiragem da editora, a maior parte vendida na região sudeste⁸, o que condiz com o público-alvo da revista, sobre o qual discorreremos no capítulo 2.

O recorte cronológico consiste nas publicações entre os anos de 1985 e 1988, incluso. Apesar da nossa vontade de expandir para a toda a década de 1980 – o que permitiria compreender melhor como se relaciona da abertura gradual política e das matérias que resultam desta – entendemos que devemos considerar as nossas possibilidades materiais de apresentar um trabalho de conclusão de curso satisfatório, e essas, no momento, são de pouco tempo e páginas limitadas. A escolha desses anos em específico é simples, porém contundente: 1985 é o ano marco do fim da Ditadura Civil-Militar e da consequente abertura política. 1988 é o ano em que ocorre a Constituinte, que elaborou a constituição que até hoje vigora no Brasil, e que foi marcante na luta por participação política de grupos politicamente desfavorecidos. Embora somente 26 deputadas mulheres tenham composto a Assembleia Nacional Constituinte, pequeno número se considerarmos o total de quase 600, os resultados da disputa por uma constituição mais igualitária são visíveis: a maioria das reivindicações escritas na *Carta das mulheres brasileiras aos Constituintes*⁹ foram atendidas, e pela primeira vez mulheres e homens alcançaram a igualdade jurídica constitucional.

O primeiro capítulo dessa análise focará em dois eixos: primeiro iremos refletir sobre como o processo de redemocratização possibilitou que grupos sociais tradicionalmente afastados da política reivindicassem sua cidadania. É importante ressaltarmos que não pretendemos aqui realizar uma contextualização que serviria como “pano de fundo” para o nosso objeto de pesquisa. Ainda assim, acreditamos ser necessária essa explanação pois nossa análise se centra justamente em pensar que conjunto de *possibilidades* havia para que este grupo

⁷ Consulta realizada no dia 14/06/2017. Disponível em: < <http://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/search/response/394> >

⁸ PINSKY, Carla Bazanessi. **Mulheres dos anos dourados...** *op. cit.* p. 40.

⁹ Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, 1987. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituientes/a-constituente-e-as-mulheres/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituientes.pdf >. Acesso em: 18/07/2017.

social amplo e heterogêneo, as mulheres, se unisse em torno de um objetivo em comum: a busca pela cidadania plena; que impulsionamentos existiram para que especificamente nesse período houvesse essa ânsia por mudança.

Ainda neste capítulo, e não desvinculado do primeiro item, acreditamos ser interessante outra discussão, de cunho teórico. A necessidade de discorrer sobre nossas abordagens teóricas é porque, ao mesmo tempo que o grupo social de nosso interesse se tornou relevante historicamente a partir dessas novas formas de *enxergar* a história, essa mesma nova forma foi possível, em parte, por causa deste grupo social. Foi a partir da demanda dos grupos subalternos, como as mulheres, de serem enxergados, de saírem “dos silêncios da história”, que este diferente modo de abordar a história surgiu. Sendo assim, acreditamos que seja providencial refletir sobre essa relação dialética entre nosso objeto/posicionamento teórico. *Aberturas: política e teoria da história* é um capítulo que acreditamos ser imprescindível pelo fato de tanto a abertura política da redemocratização, quanto a abertura acadêmica que houve na segunda metade do século XX, terem possibilitado a existência deste trabalho.

Na segunda parte desta investigação iremos refletir sobre as construções e representações de gênero na revista *Claudia*. O primeiro momento reservamos para um fenômeno que, em grande parte, consideramos essencial a esta transformação da *Claudia*: a escritora Carmen da Silva. Mesmo que ela tenha morrido no ano que começa nossa pesquisa, 1985, fica claro, nos volumes analisados, o legado que seu posicionamento feminista plantou no periódico, através da sua coluna de 22 anos ininterruptos chamada *A arte de ser mulher*. Depois, apesar de não ser o foco da nossa investigação, discorreremos sobre a construção da masculinidade no periódico, bem como das transgressões ao estereótipo. Faz-se interessante pensar nesta perspectiva quando consideramos o sistema sexo/gênero como relacional, interdependência que fica evidente ao entrarmos em contato com as 300 páginas mensais de *Claudia*. Além disso, visto que o limite entre o público e o privado é de nosso interesse na pesquisa, é necessário compreender que o que ocorre não é apenas “um dos lados” que “invade” o outro, mas sim uma maior fluidez de ambos.

Entretanto, a maior parte deste capítulo ainda é destinada à delimitação das *múltiplas* mulheres que aparecem em *Claudia*. *A mulher* pós, o que se convencionou chamar, “segunda onda do feminismo”¹⁰, é dotada de uma complexidade particular. Não que seja mais ou menos

¹⁰ Há diversas críticas sobre a tradicional separação da história do movimento feminista nas “três ondas”. Principalmente visto que para isto seria necessário definir *uma* trajetória feminista, que acaba sendo a das mulheres brancas, heterossexuais, *cis*, de classes médias ou altas, geralmente intelectuais, excluindo diversas vivências femininas e feministas.

complexa que mulheres de outros momentos históricos, contudo tem a particularidade de ser uma mulher em *transição*. Ainda existia a mulher dos “polidores, cozinha e próprio corpo”; e também existia a mulher do “cometa, da política e da economia”; e, muitas vezes, elas eram a mesma pessoa. O que aconteceu neste período, e que o tornou tão particular, foi o aumento do espectro de possibilidades de existência das mulheres. Em decorrência dessa complexidade, vamos separar esta parte em segmentos temáticos: mundo do trabalho, maternidade, libertação sexual, direito reprodutivo, são alguns desses tópicos que iremos explorar.

Após estas reflexões, acreditamos estar preparadas para nos aprofundar mais especificamente na questão dos limites entre o público e o privado, entrando no terceiro capítulo desta monografia. Depois de havermos posto algumas considerações sobre o que seria *masculinidades* e *feminilidades* na revista, é possível pensar em que medida esses estereótipos estão delineados e em que medida conseguem subverter esse dispositivo segregativo. A partir disso, iremos analisar como a mulher é inserida, em *Claudia*, no campo mais tradicionalmente público: a política. Nesse momento já teremos exposto como se deu a efervescência política do nosso recorte cronológico e como a mulher da década de 1980 estava se reformulando e expandindo seu grupo de possibilidades: nesta seção pensaremos sobre como esta(s) mulher(es) conseguiu(ram) aproveitar a brecha do seu período histórico para se inserir na política e aumentar ainda mais estas *possibilidades*.

Como afirma Joan Scott, “A história das mulheres é um campo inevitavelmente político”¹¹. Assim, além dos motivos já citados nesta introdução, justificamos a importância deste trabalho pensando no momento político que vivenciamos hoje. Diversas das conquistas que obtivemos a partir da Constituição de 1988 - não apenas as que se referem às mulheres - estão sendo postas em risco com a guinada conservadora que assolou o mundo ocidental nos últimos anos. Faz-se, então, necessário desnaturalizar o que nos parece “garantido” social e politicamente, compreendendo todo o processo de lutas que nos levaram até aqui. O campo político e suas tecnologias sempre são um campo de disputas ideológicas; e nele, o conhecimento apresenta um expressivo potencial transformador.

¹¹ SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992, pp. 63 – 95, p. 95.

1. ABERTURAS: POLÍTICA E TEORIA DA HISTÓRIA

A *Claudia* é uma revista do seu tempo. Essa frase, aparentemente óbvia e sem grandes controvérsias, é dotada de vários significados. A imprensa feminina já foi amplamente estudada por diversas áreas do conhecimento, principalmente depois da década de 1980 em que a história das mulheres e as coletâneas sobre a vida privada começaram a ter mais espaço dentro da academia. Não iremos nos deter, aqui, a uma análise dos dispositivos da imprensa feminina, o que será aprofundado no segundo capítulo, mas sim fazer uma reflexão sobre uma questão central ao se fazer uma investigação histórica: as marcações de temporalidade.

Dulcília Buitoni, em seu clássico livro *Mulher de Papel*, afirma que

Mesmo quando tratam da realidade, a indeterminação temporal é muito grande. Os artistas, as pessoas famosas que ocupam a maioria das páginas de “realidade” de uma revista feminina também atingiram uma certa atemporalidade. Um perfil de um ator pode ser publicado num mês ou no próximo. Quase sempre a imprensa feminina utiliza matérias que no jargão jornalístico são chamadas de “frias”: matérias que não têm uma data certa de publicação, que podem aparecer hoje ou semanas depois. A atualidade passa longe da imprensa feminina. Isso acentua o seu desligamento com o mundo real e o seu caráter mais “ideológico”.¹²

Concordamos, em parte, com a autora na medida em que, comparando com os periódicos diários, há uma evidente maior distância temporal entre um fato ocorrido e sua reportagem. Mas não acreditamos que isso a torne mais *atemporal* que os periódicos diários, uma vez que pensamos os acontecimentos históricos de maneira mais processual e, portanto, em sua maior duração, e menos institucional. Publicadas sem os parâmetros de uma falaciosa imparcialidade jornalística, é impossível deslocar de seu tempo imediato quase qualquer matéria das que analisamos. Isso porque, quando tratamos de um periódico destinado a um grupo social específico, diferentemente do *jornalismo diário* que se pretende universal, estamos em contato com o conjunto de *possibilidades* históricas deste grupo.

Posto isto, na primeira parte deste capítulo, iremos procurar compreender qual era esse conjunto de *possibilidades* históricas que viabilizou que a busca pela cidadania pós Ditadura Civil-Militar fosse uma realidade feminina defendida em *Claudia*. Na segunda parte, pretendemos mostrar como as discussões teóricas que tanto eram contemporâneas ao nosso objeto de pesquisa quanto guiam o nosso trabalho, já estavam presentes nas matérias e reportagens de *Claudia*, mais uma evidência de sua temporalidade.

¹² BUITONI, Dulcília Schroeder. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus, 2009, p. 25.

1.1. A Nova República: Cidadania, substantivo feminino

Quando pensamos em processos de reformulação política no decorrer da história, seja revolucionário ou reacionário, não há como separar estes da disputa por um projeto de sociedade. Lynn Hunt, ao analisar a movimentação das fronteiras entre o público e o privado na Revolução Francesa, mostra como o processo revolucionário impulsionou a delimitação das mulheres ao âmbito privado, uma vez que “a Revolução tinha demonstrado os resultados possíveis (e o perigo para os homens) de uma inversão da ordem ‘natural’.”¹³ Não nos parece coincidência o fato de que o ano que a autora aponta como referência dessa demarcação mais acentuada é o de 1794, um ano após Olympe de Gouges, a autora da Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã (1791)¹⁴, ser guilhotinada pelos revolucionários.¹⁵

Retornando a uma escala mais próxima ao nosso problema de pesquisa, encontramos na bibliografia revisada processos similares ao que observamos em nossa documentação, sendo a questão do Chile a que mais nos chamou a atenção. Na apresentação de um dossiê sobre gênero e política em uma revista da Univesidad de Chile, Teresa Valdés e Maria de los Ángeles Fernández discorrem sobre como a categoria gênero é essencial para compreender a participação das mulheres na política, e, ao descrever o período de luta pela redemocratização chilena na década 1980¹⁶, apontam a incorporação de mais uma pauta à luta: “democracia en el país y en la casa”¹⁷. Nos surpreendeu a escolha de palavras idênticas a um grande número de matérias que encontramos na *Claudia* no período analisado, demonstrando que já havia algum grau de comunicação entre os movimentos feministas a nível internacional. Não se trata de um simples uso em comum de um “jargão” ou frase de efeito, é todo um conceito de democracia que está sendo apropriado e transformado por essas mulheres, e outros grupos sociais, que

¹³ HUNT, Lynn. Revolução Francesa e vida privada. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada, 4:** da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Cia. das letras, 2009, p. 45.

¹⁴ Cf. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã (1791). Disponível em: < <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html> > Acesso em: 27/10/2017.

¹⁵ Diversos outros momentos históricos poderiam ser citados aqui com o mesmo objetivo ilustrativo: Na Revolução Russa de 1917 um dos grandes problemas que os revolucionários encontraram era como fazer com que as mulheres e homens russos tivessem uma real igualdade no que toca a divisão sexual do trabalho. A Revolução Iraniana (1979), pensando em uma situação mais recente, também é um bom exemplo de como a “ordem sexual”, em momentos de alteração do *status quo* nacional, é um problema que aparece de forma constante.

¹⁶ Oficialmente a Ditadura Chilena foi até o ano de 1990, tendo nos últimos anos da década de 1980 uma forte campanha pela democratização.

¹⁷ VALDÉS, Teresa; FERNANDÉZ, Maria de los Ángeles. Género y política: un análisis pertinente. In: **Política**. Santiago: Universidad de Chile, n. 46, pp. 9 - 33, p. 11.

ultrapassa o conceito político-institucional. Por esse motivo que mais adiante iremos reservar um espaço da presente monografia para este assunto.

Nossa investigação começa em janeiro de 1985: A campanha pelas Diretas Já havia mobilizado diversos setores do país, chegando a reunir 1,5 milhões de pessoas em São Paulo no último comício em 1984¹⁸, se mostrando vitoriosa, mesmo que derrotada em nível institucional; os debates em torno da nova constituinte já estavam aflorados; a censura na mídia já era algo que podia ser considerado do passado, mesmo que as marcas ainda fossem recentes; no dia 15 deste mês Tancredo Neves seria eleito presidente, seguido de seu vice José Sarney. Este era o quadro que nos deparamos ao entrar em contato com a primeira edição da revista *Claudia*. O sentimento, nesta e nas edições que seguiram, era de que algo estava mudando no que se refere à inserção das mulheres na política, e que a estagnação não era uma opção.

Não há dúvidas de que a construção desse ideário de cidadania feminina não foi algo instantâneo, mas sim relacionado ao feminismo, que já vinha se inserindo gradualmente na revista. Como aponta Céli Pinto

Com a redemocratização dos anos 1980, o feminismo no Brasil entra em uma fase de grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres: há inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas – violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais.¹⁹

Falamos em “inserção gradual” pois ao lermos sobre a coluna *A arte de ser mulher* da jornalista Carmen da Silva²⁰, feminista que durante 22 anos escreveu para *Claudia*, nos anos 60, nos deparamos com o fato de que ela não podia empregar a palavra feminismo²¹, evento muito diferente do que encontramos na década de 80. Na nossa investigação não encontramos uma única edição que não falasse sobre feminismo ou movimento feminista²²; durante o ano de 1987 uma coluna mensal fixa foi elaborada, com o título de “feminismo”, bem como uma de nome “política”. Não queremos afirmar, em momento algum, que a *Claudia* se tornou um veículo midiático de propaganda feminista. Analisamos isso a partir de uma ótica em que essas foram algumas das rupturas que tornaram viável às leitoras de *Claudia* pensar em outras possibilidades

¹⁸ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 144.

¹⁹ PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, pp. 15 - 23, 2010, p. 17.

²⁰ No capítulo 2 reservamos um espaço para escrever sobre Carmen da Silva e a importância que esta escritora teve para a revista e para o feminismo.

²¹ PINSKY, Carla Bazanessi. **Mulheres dos anos dourados...** *op. cit.* p. 45.

²² Aqui nos referimos não necessariamente uma matéria *sobre* o feminismo, mas a diversos tipos de inserção: em entrevistas com personalidades, em matérias diversas, em colunas sociais, entre outros.

de *ser mulher*. Como veremos no capítulo dois mais aprofundadamente, também há muitas continuidades e tensões no que concerne o lugar da mulher na sociedade.

Desde 1979, com a queda dos Atos Institucionais e a luta pela Anistia - que contou muito fortemente com a participação feminina - o embalo que se sentia no Brasil era o de lutar pelo fim da Ditadura e seus resquícios. A formação de uma Assembléia Constituinte proporcionava ainda mais a possibilidade de se discutir projetos de sociedade. Isso ficou claro na seção *Maratona Cultural Claudia*²³ ao indicar às leitoras “Como *you* vai participar da constituinte”: “Assim, estes legisladores eleitos diretamente por *nós*, povo brasileiro, poderão defender nossos pontos de vista, brigar pelos interesses das mulheres, dos negros, dos índios, enfim, de todo o nosso povo para que, breve, tenhamos o Brasil com o qual sempre sonhamos.”²⁴. Dessa forma, diversos grupos sociais subalternos encontraram uma brecha para somar suas pautas e construir a nova democracia. Mas, até onde se estendia a democracia?

1.1.1 “*Democracia fora e dentro de casa*”

Ao nos referirmos a um processo de aumento de fluidez entre as esferas pública e privada é comum relacionar automaticamente ao movimento de mulheres se apropriando dos espaços considerados *públicos*, como a política. Isso se dá pelo fato de que o discurso feminista é, muitas vezes, interpretado unilateralmente, como se ele estivesse centrado em atribuir o caráter ativo deste movimento somente à mulher, que sai do universo do lar a procura do mundo do trabalho e da política.²⁵ Entretanto, como aponta Céli Pinto, na segunda metade do século XX, com a entrada da mulher no mundo do trabalho, a rija divisão entre o público e o privado começou a se tornar mais tênue, resultando na “publicização da violência contra as mulheres”, o que acabou “politizando enfaticamente o privado.”²⁶

Nos exemplares que analisamos é perceptível que as reivindicações das mulheres para esta nova fase da história brasileira não se atinham a essa visão parcial desse movimento,

²³ A Maratona Cultural Claudia aconteceu durante o ano de 1985, ela consistia em um *quizz* cultural com perguntas sobre assuntos diversos que eram postos *boxes* sobre assuntos diversos entre as 300 páginas da edição. As respostas eram enviadas à editora e as(os) leitoras(es) concorriam a prêmios. Entre os assuntos selecionados muitos falavam sobre feminismo e política como: *Como você vai participar da constituinte* (CLAUDIA, n. 282, 1985), *Feminismo, um movimento que veio do século XX* (CLAUDIA, n. 284, 1985), *Chiquinha Gonzaga, nossa primeira feminista* (CLAUDIA, n.285, 1985), *Berta Lutz, a batalhadora do voto feminino* (CLAUDIA, n. 286, 1985), *Anita Garibaldi, a lutadora apaixonada* (CLAUDIA, n. 286, 1985).

²⁴ CLAUDIA, Ano XXIV, n. 282, mar., 1985, p. 37.

²⁵ Um exemplo de como uma revolução que pretendia alcançar a igualdade entre os sexos em seu projeto é a Revolução Russa, não que o tenha logrado. Como apresenta Wendy Goldman, havia a preocupação de como estatizar as tarefas domésticas, que seria o máximo de publicização da vida privada. Cf. GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

²⁶ PINTO, Céli Regina Jardim. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, n. 49, mar./mai., 2001, pp. 98 - 112, p. 101.

negando a manutenção do *status quo* da vida privada. Dois exemplos claros disso estão presentes em uma reportagem realizada em fevereiro de 1985, com a cantora Fafá de Belém, “símbolo da campanha pelas diretas”²⁷: primeiramente ao descrever a ida da artista a São Paulo quando criança, em que relata a

peculiar eleição convocada pelo pai para saber se a família concordava em trocar Belém por São Paulo. Com 7 anos, a caçula Maria de Fátima fez ampla consulta à mãe e aos irmãos antes de dar seu voto pela mudança. O desejo: um dia votar numa eleição de verdade para escolher o presidente.²⁸

Nota-se que é feito um paralelo direto entre um lar democrático, em que mãe e filhos tem poder de voto em decisões de importância, e um processo de eleição em uma democracia representativa. Ao final da

materia, ela ainda afirma “a mulher tem que defender seu direito ao orgasmo. Como o direito de ir ao palanque e tomar decisões políticas. Só assim vamos conseguir uma vida melhor.”²⁹. Neste trecho fica ainda mais evidente essa *fluidez ambivalente* entre público e privado em que ela aproxima dois extremos de

IMAGEM 1 – Fafá nos comícios



Fonte: CLAUDIA. Ano XXIV, n. 281, fev. 1985

cada aspecto: o palanque - símbolo do poder político tanto institucional quanto de movimento social - e o orgasmo - referência a vida sexual feminina, considerado um tabu até os dias de hoje e pertinente somente ao mundo privado do casal. Fafá de Belém já tinha se apoderado do palanque 32 vezes (público) (imagem 1), mas ainda era necessário “disseminar” o orgasmo (privado).

Ainda que esse seja um tema que iremos abordar mais adiante, é interessante o número de matérias em *Claudia*, em que os homens desabafavam falando sobre como estavam se sentindo *impotentes* dentro da sua própria casa³⁰. O uso dessa palavra aparece em vários sentidos: sexualmente, financeiramente, mas sempre em relação a alteração da *ordem* sexual

²⁷ CLAUDIA. Ano XXIV, n. 281, fev. 1985, p. 30.

²⁸ *Ibidem*. p. 30.

²⁹ *Ibidem*. p. 34.

³⁰ Focaremos mais nesse assunto no segundo capítulo, mas um exemplo claro disso é a matéria: *Na guerra dos sexos os machões se lamentam: estamos ficando impotentes. As feministas respondem: isso é chantagem* (CLAUDIA, n. 292, 1986);

dentro do lar. É sintomático o fato de que, devido às influências feministas das quais já comentamos, encontramos mais referências de homens incomodados com a subversão dos papéis de aspecto privado, do que com a imersão das mulheres nos espaços públicos. Sobre isso podemos apenas criar hipóteses, por enquanto nos ateremos a como essa noção de “democracia fora e dentro de casa” foi veiculada na *Claudia*.

Para este fim, utilizaremos duas reportagens principais: Uma de setembro de 1985 intitulada *Democracia em casa: um caminho contra a violência* e outra em novembro de 1988 chamada *Constituição: A família mudou, está mais democrática*. A primeira foi publicada em meio a grandes transformações políticas: João Figueiredo saiu, Tancredo Neves não chegou a assumir devido a sua inesperada morte, deixando a presidência da nova república a cargo de José Sarney.³¹ Em maio deste ano as eleições diretas foram restabelecidas, sendo a formação de uma Assembleia Constituinte uma realidade que se acercava. A segunda matéria selecionada é um balanço das mudanças que a constituição promulgada um mês antes, dia 5 de outubro, causaria na vida privada das leitoras.³²

“Até quando iremos sonhar com democracia, quando não aprendemos, a partir da infância, a cultivá-la em nossas próprias casas?”³³ Essa é a chamada do artigo de Rachel Gutiérrez, que foi, de certa forma, a sucessora de Carmen da Silva na revista. Ao abordar dois crimes violentos ocorridos com duas mulheres - uma menor de idade - a filósofa propõe que se repense onde está a origem deste problema, trazendo a ideia feminista de que o machismo é um modo primeiro de opressão, e que é na educação igualitária que está a solução. Dessa forma, a autora transforma um problema considerado da esfera privada, que é a educação dos filhos, em um problema nacional, de interesse público, que é a conseqüente violência contra a mulher através dos estereótipos de masculinidade e feminilidade. Para defender seu ponto de vista, Gutiérrez cita Carmen da Silva, que expõe:

“Note-se a contradição fundamental, milhões de honestos brasileiros clamam por democracia. Na prática, porém, não assimilaram nem o bê-a-bá do exercício democrático, que consiste em respeitar o diferente *sem hierarquizar a diferença*. Tomando o homem branco como o único padrão - só ele é sujeito - nossa sociedade vê o *diferente* - a mulher, o índio, o negro - como inferior.”³⁴

Essa crítica exposta por Carmen da Silva em plena reconstrução democrática se insere dentro de uma perspectiva de contestação da forma em que se estabelece as democracias liberais muito

³¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil...** *op. cit.* p. 147.

³² *Ibidem.* p. 160.

³³ CLAUDIA. Ano XXIV, n. 281, fev. 1985, p. 215.

³⁴ *Idem. Ibidem.* p. 216

mais ampla, dentro da própria Ciência Política. “A tensão provocada pela presença de novos sujeitos é fundamental para o alargamento da democracia nos espaços de representação”³⁵, e foi isso que ocorreu em 1988 com a formação da bancada feminina na constituinte, em que não aceitaram submeter suas pautas específicas em prol de um *interesse geral*, que serve, na realidade, para mascarar o interesse dos grupos dominantes³⁶.

Adentrando na questão da constituinte *per se*, percebemos como é inegável a importância desta tanto para o movimento feminista quanto para a democracia em geral. Como consequência do trabalho de várias organizações, quase todas as emendas propostas pelas mulheres foram incorporadas no texto constitucional³⁷. A Carta Constitucional de 1988

promulgou a igualdade de direitos e de obrigações de homens e mulheres, direito de um tratamento digno pela família, abolindo o pátrio poder e a figura de chefe do casal, reconheceu a união estável, confirmou o divórcio, ampliou a licença-maternidade, criou o direito à licença-paternidade, o direito à creche, coibiu a discriminação da mulher no trabalho, criou direitos para empregadas domésticas, entre outros avanços abordados posteriormente.³⁸

Analisando o balanço realizado pela revista *Claudia* sobre o que mudou na família, ou seja, no âmbito privado, vemos como havia uma noção bem clara da importância histórica e o caráter revolucionário do que estava acontecendo. Pela primeira vez homens e mulheres eram considerados iguais perante o Estado de direito.

A reportagem era dividida em tópicos: *Casamento, União Estável, Casal, Família, Filhos, Licença à gestante, Licença paternidade, Planejamento familiar, Divórcio, Creches e maternais, Aposentadoria e Voto*. A matéria foi escrita por Lígia de Almeida, que consultou uma advogada para que ela explicasse às leitoras o que haveria mudado em cada uma dessas categorias. A advogada não só comemora os avanços da nova constituição, como também levanta outras pautas que ainda deveriam gerar mobilização, como a questão do aborto.³⁹ Ao mesmo tempo em que ela aponta dados alarmantes sobre o número de abortos realizados no Brasil (10% da taxa mundial), e afirma que estes devem diminuir com um planejamento familiar de qualidade, ela chama atenção para a necessidade de pensar neste problema social - não privado - na sua realidade: se continuarem a tratá-lo apenas como crime, milhares de mulheres

³⁵ PINTO, Céli Regina Jardim. Paradoxos da participação política... *op. cit.* p. 104.

³⁶ *Ibidem.* p. 102.

³⁷ MOREIRA, Laís de Araújo. Direito e Gênero: A contribuição feminista para a formação política das mulheres no processo de (re)democratização brasileiro. **Gênero & Direito**, João Pessoa, v. 5, n. 1, 2016, pp. 217 - 255, p. 233.

³⁸ *Ibidem.* p. 226.

³⁹ O aborto foi um tópico que nos chamou atenção na revista *Claudia*. Em diversas entrevistas com mulheres famosas elas afirmavam ter realizado um aborto, ou até mais, com certa naturalidade. Havia matérias que discutiam este assunto sem muitas delongas. No capítulo 2 pretendemos voltar a essa temática.

continuarão morrendo no país.⁴⁰ Isso aponta que as muitas leitoras de *Claudia* estavam por dentro dos debates que ainda eram controversos dentro do próprio feminismo, de maneira que pudessem criar sua própria criticidade sobre estes assuntos.

Analisando estes artigos de *Claudia*, entre outros que tivemos contato durante a investigação, notamos que o uso do conceito de *redemocratização*, ao falar sobre este período, deve considerar mais do que simplesmente o retorno dos direitos políticos da democracia representativa. A *redemocratização*, também, significou uma *(re)organização* dos espaços privados e públicos, um penetrando o outro de maneira recíproca, ainda que em níveis diferentes.⁴¹

1.2 Quebrando os silêncios: reflexões teóricas

Decidimos separar um espaço desta monografia para refletir sobre teoria por um motivo em especial: a luta pela participação política feminina e as nossas vertentes teóricas partem da mesma matriz, da necessidade de quebrar os “silêncios”⁴² da história, ressaltando os *outros* sujeitos, em oposição ao homem branco universal. Sendo assim, em um primeiro momento iremos ponderar sobre essa relação dialética entre o que se convencionou a *nova história*, de maneira mais ampla, e o nosso objeto de investigação, mostrando como, de certa forma, um impulsionou o outro. Além disso, também iremos destacar como alguns debates teóricos sobre o *gênero* saíram da academia e acabaram nas páginas de *Claudia* na década de 1980, debates que até hoje são atuais.

Na última metade do século XX os debates em torno das mulheres enquanto sujeitos históricos surgiram e cresceram exponencialmente, em diversos campos do conhecimento, assim como a história de outros grupos subalternos.⁴³ Isso decorre, principalmente, devido a luta feminista que marcou este período, e que levou a questionar

a figura do sujeito unitário, racional, masculino que se colocava como representante de toda a humanidade. As mulheres, portanto, não tinham

⁴⁰ CLAUDIA. Ano XXVII, n. 326, 1988, p. 50.

⁴¹ Uma evidência de como as mulheres foram para os espaços públicos de maneira desproporcional ao número de homens que entraram nos âmbitos privados, é a realidade das múltiplas jornadas de trabalho que afeta as mulheres do Brasil inteiro. Além de sair para trabalhar e ocupar este espaço tradicionalmente masculino, a mulher ainda carrega as tarefas domésticas, sendo este ainda seu espaço por excelência.

⁴² Referência ao livro de Michelle Perrot “As mulheres ou os silêncios da história”.

⁴³ Podemos citar como algumas das pioneiras que marcaram esse primeiro momento de estudo das mulheres, Simone de Beauvoir, com sua obra *O Segundo Sexo*, e Heleieth Saffioti, com *A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade*. Cf. SOIHET, Rachel. História das Mulheres e história de gênero – um depoimento. **Cadernos Pagu(11)**, Campinas, 1998, p. 77

história, absolutamente excluídas pela figura divina do Homem, que matara a Deus para se colocar em seu lugar.⁴⁴

Tal desenvolvimento gerou, conforme aponta Margareth Rago, uma sexualização do discurso historiográfico.⁴⁵ A partir da década de 90, os debates em torno da história das mulheres, já mais aceitos na academia, começam a dar mais atenção a um outro conceito: gênero. Como expõe Joan Scott, autora do clássico texto *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*⁴⁶, o gênero surge mais recentemente como uma rejeição do determinismo biológico, apontando o caráter social das distinções baseadas no sexo, além de mostrar o “aspecto relacional das definições normativas das feminilidades”⁴⁷, trazendo para a discussão, também, a formação das *masculinidades*. Sendo assim, Scott define gênero a partir de duas afirmativas principais: “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”⁴⁸.

Dessa forma, passamos da somente – ainda que muito importante – inclusão do sujeito mulher na história, para uma categoria teórica que permite enxergar as práticas discursivas históricas a partir da ótica do gênero, sexualizando-as⁴⁹. Ainda neste eixo, gostaríamos de salientar duas grandes coleções que são uma referência desse movimento de transformação da historiografia a partir da busca de outros objetos e sujeitos: *a História da vida privada*⁵⁰, em 1987, e *a História das mulheres no ocidente*⁵¹, de 1992. Essas duas grandes e prestigiadas coleções, além de muitas outras não citadas aqui, apontam justamente para essa mudança da ótica historiográfica que marcou a última metade do século XX

A chamada História Cultural também surgiu nesse período de transformações do conhecimento historiográfico, em que novos problemas e objetos se tornam interessantes, assim como novas abordagens. Um dos conceitos que a História Cultural nos proporciona, e que acreditamos ser uma ferramenta útil para nossa pesquisa, é o de representação. Em seus livros *A história cultural: entre práticas e representações*⁵² e *À beira da falésia*⁵³, Roger Chartier

⁴⁴ RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o Gênero. **Cadernos Pagu** (11), Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, São Paulo, 1998, p. 91.

⁴⁵ *Ibidem*. p. 90

⁴⁶ SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. 20(2). jul-dez 1995.

⁴⁷ *Ibidem*. p. 3

⁴⁸ *Ibidem*. p. 21.

⁴⁹ RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o Gênero... *op. cit.* p. 92.

⁵⁰ ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada (5 volumes)**. São Paulo: Cia. das letras, 2009.

⁵¹ DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente (5 volumes)**. Porto: Afrontamento, 1991.

⁵² CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

⁵³ *Idem*. **À Beira da Falésia: A História entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

define que o conceito de representação possibilita articular três modos de relação do sujeito com o mundo que este experiencia⁵⁴:

primeiro, o trabalho de classificação e de recorte que produz as configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, comunidade ou classe.⁵⁵

Partindo dos pressupostos de Chartier, podemos compreender o conceito de representação como um instrumento que auxilia os sujeitos a interpretar a realidade em que vivem, ao representarem o mundo em si, ao representarem a si mesmos e, por fim, formulando representações dos outros. Postas essas ponderações sobre o uso de *representação*, observamos que este pode ser útil para a nossa análise, principalmente a partir de uma ótica que considera as disputas simbólicas que caminham conjuntamente com este conceito. É possível, então, a partir desta concepção, analisar como a revista apresenta o contexto de abertura política (o mundo em si), que visão ela transparece de mulher (representação de si mesmo) e, em contrapartida, como o masculino é representado (representação do outro).

Trata-se, sem dúvida, de uma concepção de representação que cumpre forte papel na “ordenação da própria estrutura social”⁵⁶. Visamos, dessa maneira, que o nosso trabalho mantenha o mesmo tipo de relação entre cultural e social defendido pelo autor. Assim, o formato de história cultural ao qual aderimos “dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ‘ser-percebido’, constitutivo de sua identidade.”⁵⁷

Ainda nos debates em torno da História Cultural, acreditamos ser interessante destacar os apontamentos de Lynn Hunt. Além de autora de textos que articulam história das mulheres, história da vida privada e política⁵⁸ – o que os torna muito providenciais para a presente investigação – a autora também defende alguns aportes teóricos da História Cultural. Encontrando um ponto de intersecção entre os nossos dois primeiros eixos, Hunt aponta como a origem da história cultural está intrinsecamente conectada com a emergência dos estudos sobre a história das mulheres a partir dos anos 1960, e nas posteriores teóricas do gênero. A

⁵⁴ *Ibidem.* p. 73.

⁵⁵ *Ibidem.* p. 73.

⁵⁶ *Ibidem.* p. 73.

⁵⁷ CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia... op. cit.* p. 73.

⁵⁸ HUNT, Lynn. Revolução Francesa e vida privada. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada, 4:** da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Cia. das letras, 2009, pp. 18 – 46.

autora afirma que os estudos desses temas, principalmente nos Estados Unidos, “passaram a ocupar o primeiro plano da nova história cultural”, retomando autoras como Joan Scott e Natalie Davis.⁵⁹ Antoine Prost também observa que as indagações da História Cultural surgem nos anos 1960, com os movimentos feministas. O autor aponta o vínculo direto entre a questão histórica e o contexto, que possibilitou a formulação de novas questões sobre gênero, morte, festas, entre outros temas⁶⁰.

Ao entrarmos em contato com as fontes nos foi surpreendente encontrar um número considerável de matérias que abordassem discussões que realizamos durante nossa graduação, principalmente ao se falar de gênero e feminismos. Simone de Beauvoir era citada com certa frequência, além de ter seus livros recomendados; a naturalização do amor materno era posta em dúvida com Elizabeth Badinter; o *Relatório Hite* foi tópico polêmico do ano de 1988; entre outras filósofas, historiadoras, psicanalistas que quebraram paradigmas de seu tempo.

Elegemos três destes debates intelectuais para esta análise, por acreditarmos ser as que mais propunham uma ruptura com a normatividade da condição feminina na época: *O instinto maternal é um mito?*⁶¹, *Não há menina ou menino “típicos”*⁶² e as duas referências a Hite, *Em debate o relatório Hite III* e *Entrevista: Shere Hite*⁶³.

O livro *Um amor conquistado: o mito do amor materno* foi um livro que polemizou desde seu lançamento na década de 1980 e que até hoje desperta sentimentos controversos. Nesta onda de desnaturalizar o que seria a *mulher*, Elizabeth Badinter propõe a desconstrução do considerado “mais natural” lado feminino: seu amor materno. A autora baseia-se no fato de que era extremamente comum na França do século XVIII a prática de enviar o filho assim que nascia para longe, para serem criados por amas-de-leite. Por esta razão um grande número de crianças não sobreviviam.⁶⁴ Badinter aponta que foi a partir da difusão das ideias de Rousseau que a mulher se tornou a responsável pela sobrevivência filial, sendo ela própria um reflexo da atenção que dá a maternidade, discurso este que aumentou com o advento da psicanálise Freudiana. Tudo isso fica bem explícito na entrevista que a historiadora concedeu a revista *Claudia*, menos de um ano depois do lançamento do livro no Brasil. Entre os tópicos abordados pela entrevistadora, estão questionamentos sobre divisão dos trabalhos da m/paternidade,

⁵⁹HUNT, Lynn. “Apresentação”. In: *Idem* (Org.). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp. 1-29, p. 24.

⁶⁰ PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2008, p. 85 – 86.

⁶¹ CLAUDIA, Ano XXV, n. 292, jan., 1986, p. 137.

⁶² CLAUDIA, Ano XXV, n. 300, set., 1986, p. 15.

⁶³ CLAUDIA, Ano XXVII, n. 316, jan., 1988, p. 133; CLAUDIA, Ano XXVII, n. 322, jul., 1988, p. 144.

⁶⁴ BADINTER, Elisabeth. O amor ausente. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, pp. 25 - 144.

incluindo o afeto, como o feminismo ajudou a desconstruir o mito do amor materno (colocado de forma *já* desconstruída), até perguntas sobre sua vida pessoal e seus filhos. A matéria termina com um caso de uma mulher - profissionalmente bem-sucedida - que se sentiu culpada por, após ter parido um filho, não ter imediatamente se conectado com ele, ela não sabia “onde estava seu instinto materno”. A questão da maternidade sempre foi um assunto difícil, fonte de uma culpabilização muito forte, podendo tornar a fêmea menos *mulher* caso não seja bem-sucedida neste quesito. Se torna ainda mais complicado quando pensamos que a maternidade é um problema do espaço privado e que, portanto, não é visto como uma questão social, a não ser que a mulher não deseje esta maternidade.

Sendo a maternidade uma temática tão socialmente conectada ao sexo feminino, não é estranho o fato de a revista *Claudia* apresentar diversas matérias sobre educação de filhos.⁶⁵ O que foi surpreendente, para nós, foi em uma dessas matérias encontrarmos uma referência à bióloga Anne Fausto-Sterling. Em seu livro *Cuerpos Sexuados*⁶⁶ a autora desconstrói o discurso médico-histórico de que a binariedade sexual seja algo naturalmente dado, a partir da ótica da biologia⁶⁷. A autora propõe: “En la actual coyuntura histórica, nuestra comprensión teórica y nuestra competencia práctica nos permiten hacernos una pregunta nunca antes formulada en nuestra cultura: ¿por qué debería haber sólo dos sexos?”⁶⁸. Não é necessário muitos apontamentos para notar a subversão da ordem presente neste trecho. No artigo *Não há meninos ou meninas “típicos”*, na seção educação, o autor aponta a necessidade de *dessexualizar* a infância, evitando propagar os *papéis sexuais* da nossa sociedade (tanto de masculinidade quanto de feminilidade). Anne Faust-Sterling, com seu recém publicado trabalho *Myths of Gender*⁶⁹, é apresentada como um contraponto a um livro publicado nos Estados Unidos em que as autoras defendem que as características psicologizantes sexuais viriam do útero⁷⁰. O autor do artigo já promove um juízo de valor ao falar que o livro de Fausto-Sterling é muito mais “técnico e complicado”, dotando-o de mais veracidade acadêmica. A reportagem termina com dicas de como se pode “Pensar na pessoa que seu filho vai ser, não no seu papel sexual”⁷¹.

⁶⁵ No capítulo 2 iremos falar mais sobre a questão da mulher e da maternidade na sociedade.

⁶⁶ FAUSTO-STERLING, Anne. **Cuerpos Sexuados**. Barcelona: Editorial Melusina, 2006.

⁶⁷ No feminismo é muito forte, até mesmo hoje em dia, o que Linda Nicholson chamou de fundacionalismo biológico, no qual a noção de sexo biológico não é socialmente determinante, mas caracterizante. Fausto-Sterling conseguiu, através da biologia, mostrar que a binariedade sexual não é algo tão dado, discorrendo, por exemplo, sobre a intersexualidade. Cf. NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**. Santa Catarina: Ed. UFSC. n. 8(2), mai./ago., 2000.

⁶⁸ FAUSTO-STERLING, Anne. **Cuerpos Sexuados...** *op. cit.* 101.

⁶⁹ Referência ao livro *Myths of Gender* de Anne Fausto-Sterling.

⁷⁰ Referência ao livro *The little boy book* de Roon Frost.

⁷¹ CLAUDIA, Ano XXV, n. 300, set., 1986, p. 16.

Como é possível observar, todas estas obras são deveras controversas, por seu caráter de romper com estruturas consideradas sólidas em nossa sociedade. O *Relatório Hite*, por sua vez, não foi diferente, chegando a ser proibido no Brasil em 1978, em pleno regime Militar⁷². O tão ameaçador relatório consistia em uma pesquisa que durou 7 anos sobre sexualidade feminina, em que foram enviados 100 mil questionários às mulheres, tendo retornado 4500 respostas⁷³. Segundo Rose Marie Muraro, citada na reportagem, o resultado brasileiro seria o mesmo: as mulheres não estão satisfeitas. Na matéria de *Claudia* são chamadas(os) psicólogas(os) e sexólogas(os) de ambos os sexos para comentar os resultados da pesquisa de Shere Hite, todos parecem concordar que - apesar de duvidarem da cientificidade do método da pesquisadora - os resultados são sintomáticos das mudanças dos papéis de gênero contemporâneos a eles. As mulheres que responderam ao questionário não performavam mais passividade diante a insatisfação conjugal, mesmo que isso signifique buscar soluções extraconjugais (segundo o relatório 70% das entrevistadas praticavam)⁷⁴. Acreditamos ser aí onde reside a polemização dos textos de Hite. A *mulher* que respondeu este questionário era dotada de *atividade* sexual, ou seja, o que existia de mais *privado* na sociedade - a sexualidade feminina e conjugal - em 1988 estava traduzido em mais de 13 línguas e já tinha vendido mais de centenas de milhares de livros. O livro não foi proibido por tão somente ir contra a moral vigente da época, mas por balançar o *status quo* da ordem do sistema privado/público, defendida com tanto afinco há séculos e vigorosamente no regime militar, posto que a censura moral e sexual era uma das suas tantas formas de repressão.

Como vimos, os debates em *Claudia*, mesmo sendo um periódico mensal e direcionado a certo público, não tinham nada de atemporais. Representam justamente um momento em que as barreiras entre o público e o privado estavam se afrouxando, alterando toda uma estrutura de hierarquização dos sexos (e o próprio conceito de sexo) devido a várias mobilizações. No próximo capítulo veremos como eram representados esses corpos sexuados em *Claudia*, com todas as rupturas e continuidades que se dão nesse momento.

⁷² SENA, Tito. Os relatórios Shere Hite: Sexualidades, Gênero e os Discursos Confessionais. **Fazendo Gênero** 2008, p. 2.

⁷³ CLAUDIA, Ano XXVII, n. 316, jan., 1988, p. 133.

⁷⁴ CLAUDIA, Ano XXVII, n. 316, jan., 1988, p. 135.

2 A REVISTA *CLAUDIA*: ENTRE REPRESENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES

No que diz respeito aos documentos que utilizamos, sabemos que há muito os veículos de comunicação estão sendo utilizados como ferramentas para pesquisas na área de história, das ciências sociais e de outros campos do conhecimento. O mesmo vale para a imprensa feminina, objeto de estudo de vários trabalhos já consolidados na academia. Por mais que, como aponta Mayara Lobato, “a ideia de imprensa como um reflexo ou espelho da realidade há muito tenha caído por terra”⁷⁵, não podemos negar que a partir dela é possível acessar diversos discursos presentes naquela sociedade, de maneira ambivalente, visto que possibilita não somente inferências sobre o *produtor* – escritor(a), editor(a) – como também sobre seu *receptor*, sendo um influenciado pelo outro concomitantemente⁷⁶.

A imprensa feminina possui suas particularidades. Em primeiro lugar no seu próprio existir, em formato de apêndice da *imprensa universal*, masculina. Como aponta Anna Claudia Fernandes

O que define a imprensa feminina é o seu público, o sexo feminino, que já está definido no nome das publicações desde que surgiram, embora essa forma de segmentação tenha sido adotada no século XX. A principal plataforma utilizada por esse segmento é a revista, por causa dos seus aspectos gráficos e as maneiras de estruturar o conteúdo apresentado, o que leva Maria Celeste Mira a afirmar que a revista é feminina e o jornal é masculino. Essas publicações podem ter sido mais atrativas para as mulheres por serem mais leves que as outras, uma vez que as donas de casa tinham sua leitura interrompida constantemente pelos filhos e o marido e pelos cuidados domésticos.⁷⁷

Dessa forma, a imprensa feminina surge com o intuito de ser uma espécie de *almanaque prático*, em que os supostos interesses femininos - como culinária, moda, vida doméstica de forma geral - fossem contemplados e de maneira mais *inteligível* para essas mulheres. É importante ressaltar que logo após o seu surgimento, a imprensa feminina era composta preponderantemente de

⁷⁵ LOBATO, Mayara Luma Maia. A trajetória do feminino na imprensa brasileira: o jornalismo de revista e a mulher do século XX. In: **Anais do 9º Encontro Nacional de História da Mídia**. Ouro Preto, 2013. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/a-trajetoria-do-feminino-na-imprensa-brasileira-o-jornalismo-de-revista-e-a-mulher-do-seculo-xx> > Acesso em: 29/05/2017. p. 2.

⁷⁶ A autora Maria Celeste Mira trabalha com o que chama de *teoria das mediações* para explicar essa relação entre produtor/receptor: “Grosso modo, poderíamos chamar de mediação todos os fatores, da produção a recepção, que estabelecem pontes entre esses dois termos”. Cf. MIRA, Maria Celeste. O masculino e o feminino nas narrativas da cultura de massas ou o deslocamento do olhar. **Cadernos Pagu**(21), Campinas, 2003, pp. 13 – 38, p. 18.

⁷⁷ FERNANDES, Anna Claudia Bueno. As mulheres em *Realidade*: Modelos femininos e histórias possíveis (1966 – 1976). IFCH/UFRGS, (**Dissertação de mestrado**), Porto Alegre, 2017, 289f, p. 48.

homens, com algumas mulheres que lograram fugir desta normativa e propor, inclusive, ideias emancipatórias femininas.⁷⁸

Outra questão ainda presente dentro da temática das particularidades da imprensa feminina é o seu papel *ideologizante*, fundamental ao pensarmos a revista como um “termômetro dos costumes da época”⁷⁹. Dulcília Buitoni chama atenção para o fato, ao justificar a relevância do tema e da fonte, de que há uma tendência da imprensa feminina transparecer *mais ideologia* do que os periódicos diários ditos “universais”. Isso não significa, de forma alguma, que um de fato seja mais ideológico que outro, tendo em vista, pelo menos, a complexidade disso ser mensurado. O que a autora defende é que a imprensa diária, pelo seu caráter de *jornalismo informativo*, ou algumas vezes, *interpretativo*⁸⁰, é mais instantânea, objetiva, podendo perder seu sentido em outro contexto. Já a imprensa feminina, devido aos seus interesses e seu caráter semanal, mensal ou até mesmo semestral, nesta divisão, se enquadraria no que se convencionou chamar *jornalismo opinativo*, sendo mais perceptível a presença da ideologia do editorial ou da/do escritora/escritor. Como expõe Dulcília,

Mesmo quando tratam da realidade, a indeterminação temporal é muito grande. Os artistas, as pessoas famosas que ocupam a maioria das páginas de “realidade” de uma revista feminina também atingiram uma certa atemporalidade. Um perfil de um ator pode ser publicado num mês ou no próximo. Quase sempre a imprensa feminina utiliza matérias que no jargão jornalístico são chamadas de “frias”: matérias que não têm uma data certa de publicação, que podem aparecer hoje ou semanas depois. A atualidade passa longe da imprensa feminina. Isso acentua o seu desligamento com o mundo real e o seu caráter mais “ideológico”.⁸¹

Apesar de estarmos de acordo com a autora ao evidenciar o caráter próprio e ideológico da imprensa feminina, acreditamos que crer nesse “desligamento do mundo real” seja um pouco

⁷⁸ Cf. FERNANDES, Anna Claudia Bueno. As mulheres em *Realidade...* *op. cit.* 49 - 50.

⁷⁹ BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1986, p. 24.

⁸⁰ “Jornalismo informativo, interpretativo e opinativo (alguns autores acrescentam diversional ou ainda jornalismo de serviço) são as grandes categorias jornalísticas. Essa divisão é contestada por muitos autores, uma vez que certos textos se enquadram em duas ou mais categorias. Nós a consideramos sobretudo como instrumento metodológico que ajuda a análise, e não uma divisão epistemológica. O jornalismo informativo concentra-se nas informações (notícias), geralmente curtas e sem apreciações – seria mais objetivo. O jornalismo interpretativo é uma expansão do fato original: contém entrevistas, antecedentes, consequências, opinião de especialistas etc. O opinativo demonstra uma posição seja do jornal (no editorial) ou do jornalista (colunas, críticas, comentários, crônicas etc.). O diversional engloba efemérides, palavras cruzadas, quadrinhos etc.; e o de serviço dá horário de espetáculos, fornece roteiros de turismo, lazer, informações que “servem” à vida comum do leitor”. Cf. BUITONI, Dulcília Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Summus, 2009, p. 22.

⁸¹ BUITONI, Dulcília Schroeder. *Mulher de papel...* *op. cit.*, p. 25.

radical, e que entre em contradição com o fato que salientamos anteriormente, da sincronia com a sua temporalidade.

Normalmente, quando nos deparamos com a premissa de uma maior desconexão com a conjuntura por parte da revista em relação aos outros periódicos, o argumento é de que enquanto os últimos relatam fatos políticos, econômicos, sociais do cotidiano, as revistas expõem seções de culinária, *quizzes* e moda. Não entraremos agora na questão das várias matérias de política e economia que encontramos no decorrer da investigação, uma vez que isto é uma particularidade do nosso período (o que já mostra sua vinculação ao tempo imediato), mas apontaremos para a massiva indicação temporal das próprias matérias *femininas*, “facilmente transponíveis para outros períodos”, como as citadas acima. Tomando como exemplo a culinária, é notável que ela ainda tem uma força presença nos exemplares analisados, contudo, agora ela aparece com títulos como “*Dicas para um bom congelamento*” ou “*Cardápios que você prepara em 30 minutos*”, evidenciando transformações sociais latentes ao seu tempo, em que a mulher, apesar de ainda atrelada a vida doméstica, possui outras prioridades.

IMAGEM 2 – Dicas para um bom congelamento



Fonte: CLAUDIA, Ano XXV, n. 296, mai., 1986.

IMAGEM 3 – Cardápio que você faz em 30 minutos



Fonte: CLAUDIA, Ano XXV, n. 300, set., 1986.

São perceptíveis, também, as marcações temporais na revista feminina da relação com o corpo feminino. Fernandes expõe que até a década de 1970 “não era possível nomear as partes do aparelho genital feminino, apenas descrevê-los”⁸², muito menos ter desenhos ou fotos. No período analisado a relação com o corpo muda completamente de parâmetro. E não estamos falando apenas de imagens de modelos dentro dos padrões estéticos nuas (que também apareciam com frequência); citamos os exemplos da foto da vulva de uma mulher de meia idade e “fora dos padrões” ampliada em uma matéria sobre cirurgia plástica e mulheres grávidas completamente nuas. O corpo feminino neste período (especificamente, pois depois também

⁸²FERNANDES, Anna Claudia Bueno. As mulheres em *Realidade...* op. cit. p. 59.

houve uma re-moralização do corpo) não era mais algo imoral, do qual as mulheres deveriam sentir pudor e constrangimento.

Por último, iremos ilustrar nossa argumentação com um *quizz*, forma textual muito característica das revistas femininas e notadamente conectado a manutenção dos papéis na sociedade⁸³. *Você é uma pessoa otimista?*⁸⁴ É a pergunta que *Claudia* propõe responder às leitoras. Entre as 10 perguntas apenas uma cita um marido ou um namorado; duas são sobre atualidades, sobre ver o jornal e sobre como o ano de 1984 foi ruim e o que esperar de 1985; há uma sobre economia e uma sobre o trabalho; as outras são de assuntos diversos, mais ligados ao lazer como ir ao cinema, à praia etc. Neste último grupo, de certa forma isento de carga política, há um que pergunta *qual seria o seu ditado*, e entre as opções está “Amanhã será outro dia”, famosa música de Chico Buarque lançada em 1978, que foi censurada e até hoje é considerada um dos hinos contra a Ditadura e a repressão, dotando de significância, uma vez que este *quizz* era de janeiro de 1985.

IMAGEM 4 – *Quizz: Você é uma pessoa otimista?*



Fonte: CLAUDIA, Ano XXIV, n. 280, jan., 1985.

Não queremos com isso afirmar que as autoras que apontam esta certa “desconexão do mundo real” estejam dizendo que as revistas são atemporais. Ao contrário, todos os trabalhos que lemos dissertam justamente sobre como elas são produtos e produtoras de seu tempo. Queríamos, apenas, evidenciar que, inclusive as matérias que parecem isentas de temporalidade, tem sua datação bem delimitada, sendo necessário cuidar para não cair na falácia de que uma forma de comunicação ou um fato seja mais *ahistórico* que outro.

⁸³ Esse tipo de teste se constitui em um conjunto de perguntas com opções bem limitadas de respostas de assinalar. O resultado do teste aparece na forma de arquétipos femininos, de caráter determinista e estereotipado.

⁸⁴ CLAUDIA, Ano XXIV, n. 280, jan., 1985, p. 174 - 175.

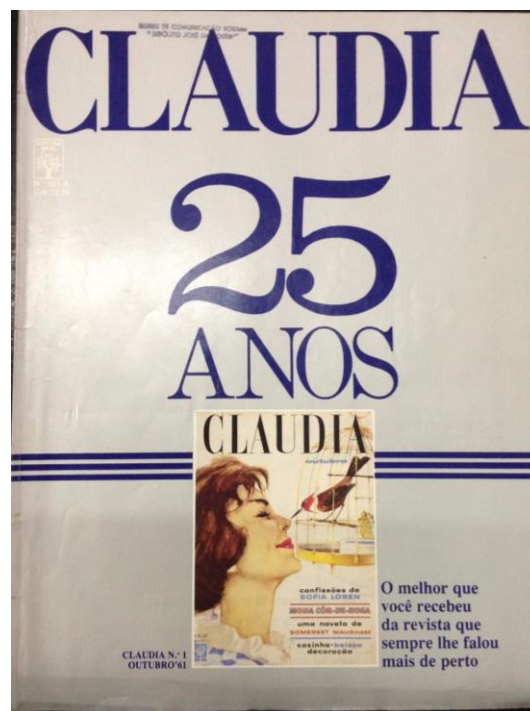
2.1 A revista *Claudia*: a amiga da leitora

Em outubro de 1986 foi lançada a revista de comemoração dos 25 anos de *Claudia*. Observando a capa azulada e o conteúdo que seria abordado nessa edição especial (feminismo, aborto, virgindade, *homossexualismo*⁸⁵) é perceptível que muito mudou desde a capa rosada lançada em 1961 (moda côr-de-rosa, cozinha-beleza-decoração). E esta impressão de que a revista sofreu uma transformação não foi casual, sendo que foi o que guiou praticamente toda a edição, ficando isto evidente ao observarmos a primeira página, em que os primeiros editores falam sobre a revista naquela época, e a última, intitulada *Assim éramos em 61*.⁸⁶

Victor Civita, o *pai* da *Claudia*, foi quem fundou a editora Abril no Brasil. Conforme ele mesmo informa no editorial na primeira página da revista comemorativa, chamado de *Querida amiga*, a *Claudia* teria sido nomeada assim devido à vontade dele e de sua esposa Sylvana de ter uma filha, que já tinha até nome: Claudia. Claudia foi apresentada como a revista *amiga*, dotando ela de um caráter intimista, emocional, conferindo poderes de *amiga conselheira* da mulher brasileira. Isso fica evidente ao nos depararmos com o editorial da primeira edição, em 1961:

Seja bem-vinda. Você tem em suas mãos o primeiro número de uma revista que pretende desempenhar um papel muito importante na sua vida futura. CLAUDIA foi criada para servi-la. Foi criada para ajudá-la a enfrentar realisticamente os problemas de todos os dias. CLAUDIA lhe apresentará mensalmente idéias para a decoração de seu lar, receitas para deliciar sua família, sugestões para mantê-la sempre elegante e atraente. Mas o importante é a forma como isto será feito. Antes de mais nada, CLAUDIA deverá ser útil para você. Deverá tornar-se sua amiga íntima. E estará sempre às suas ordens para lhe proporcionar todas as informações e novidades que você espera há tanto tempo, numa só revista, simpática, completa e moderna. Seja bem-vinda, pois, às páginas de CLAUDIA. Temos certeza de que ela será sua companheira fiel nos anos vindouros.⁸⁷

IMAGEM 5 – Claudia 25 anos



Fonte: CLAUDIA, Ano XXV, n. 301, out., 1986.

⁸⁵ *Homossexualismo* foi o termo empregado pela revista, usado mais comumente na época. Hoje em dia o termo mais utilizado pelo movimento LGBT é homossexualidade, visto que o sufixo *ismo* remete à patologização das sexualidades não heteronormativas.

⁸⁶ CLAUDIA, Ano XXV, n. 301, out., Caderno Especial, 1986, p. 98.

⁸⁷ OLIVEIRA, Cláudia Neli Borragini Abuchaim de. Um Olhar Sobre o Olho que Olha: Adorno do Ethos, Autoridade do Pathos e Mudanças Discursivas na Constituição do Feminino na Revista Claudia. PUC-SP, (Tese de Doutorado), São Paulo, 2014, 229f, p. 84.

Antes de qualquer coisa, a *Claudia* é a *amiga íntima* da leitora. Como aponta Tania Luca, é esse modelo de revista-amiga, que acompanha a mulher desde a pré-adolescência (lembramos que a revista *Capricho* também foi uma inovação de sucesso da editora Abril)⁸⁸ até a maturidade, molda normativas de conduta, masculinidades e feminilidades.⁸⁹

Na edição de 25 anos isso não é deixado de lado. *Claudia* é adjetivada de forma prosopopeica: hoje - 1986 - ela está “bela, confiante, requintada, com desenvoltura, segurança e classe” além de percorrer “as cidades de nosso país, saudando cada mulher com carinho”. Depois é relatado o nascimento da “filha de papel”: “CLAUDIA veio ao mundo em outubro de 1961, em plena primavera. Nestes 25 anos cresceu e amadureceu muito”.⁹⁰ E é aí que reside a capacidade de “medir os costumes”⁹¹, a revista feminina se coloca no lugar de *mulher universal* do seu tempo, mesmo que representasse menos do que se crê representar, com seus dilemas e paradoxos conforme veremos mais adiante. *Claudia* tinha como público alvo, no seu princípio, as mulheres de classe média urbana donas-de-casa e, o mais importante, consumidoras, mesmo que em realidade atingissem um espectro muito maior de leitoras e leitores, tendo sido lançada com uma tiragem inicial de 164 mil exemplares⁹², e se tornado uma das revistas mais bem-sucedidas até os dias atuais.

Logo em seus primeiros anos, *Claudia*, como boa revista-mulher de sua época, começou a abraçar a rebeldia que marcou os anos 1960, período em que os modelos femininos transitam dos *rígidos* para os *flexíveis*.⁹³ Uma das grandes responsáveis por isso, e pelo acesso de milhares de mulheres aos debates feministas, foi a colunista Carmen da Silva, que assumiu em 1963 a coluna *A arte de ser mulher*, transformando a revista, motivo pelo qual acreditamos merecer atenção especial.

2.1.1 A arte de ser mulher: O fenômeno Carmen da Silva

Carmen da Silva faleceu em abril de 1985, no começo do período investigado. Isso poderia levantar o questionamento do porquê de estarmos reservando um espaço para ela em

⁸⁸ FERNANDES, Anna Claudia Bueno. As mulheres em *Realidade...* op. cit. p. 56.

⁸⁹ LUCA, Tânia Regina de. Mulher em Revista. In: PINSKY, Carla Bazanessi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2016, pp. 447 - 468, p. 464.

⁹⁰ CLAUDIA, Ano XXV, n. 301, out., Caderno Especial, 1986, p.

⁹¹ Metáfora do termômetro elaborada por Dulcília Buitoni, cf. página 26.

⁹² FERNANDES, Anna Claudia Bueno. As mulheres em *Realidade...* p. 56.

⁹³ PINSKY, Carla Bazanessi. A Era dos Modelos Rígidos. In: PINSKY, Carla Bazanessi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2016, pp. 469 - 512; PINSKY, Carla Bazanessi. A Era dos Modelos Flexíveis. In: PINSKY, Carla Bazanessi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2016, pp. 513 - 544.

nossa monografia. Contudo, a presença e influência de Carmen da Silva é notável em qualquer edição de *Claudia*, tanto de maneira subjetiva quanto nas inúmeras matérias *in memoriam* que seriam publicadas posteriormente.

Ao entrarmos em contato com a nossa documentação não sabíamos quem era a colunista; ao passo que, ao nos depararmos com sua escrita pela primeira vez - em janeiro de 1985 - foi impossível não nos chocarmos com a dissonância em relação a revista. Em uma matéria extensa e densa, com a chamada “A democracia é o tema de Carmen da Silva”, ela publica o artigo: “*Nós também votamos*”⁹⁴, no qual ela discorre sobre as eleições, participação política e democracia:

Mas a política não se faz sem proselitismo. Assim, não é o caso de ficarmos apenas esperando que nos convoquem para o comício, a homenagem, a formação do grupo, a aposição do nome na lista: temos de aproveitar toda e qualquer oportunidade para falar, debater, persuadir, convencer. Esse é um campo no qual temos experiência: destituída de poder ao longo da história, tudo o que a mulher conseguiu para si até hoje, qualquer mínima alteração favorável em seu estatuto, foi na base da argumentação consistente e persistente.⁹⁵

Esse trecho parece incompatível com o fato de que, ao entrar na equipe de *Claudia*, Carmen da Silva tenha se deparado com a limitação de não empregar a palavra feminismo.⁹⁶ Mas foi assim e nesse contexto, em 1963, que a escritora começou a publicar sua coluna falando sobre a *Arte de ser mulher*.

Como aponta Natalia Méndez, a aproximação de Carmen da Silva e o movimento feminista foi uma consequência da sua trajetória individual e coletiva⁹⁷, combinada com uma conjuntura social que fomentava transformação. Em sua autobiografia Carmen comenta: “E quando dei por mim, havia ganho o título de “mulheróloga” - outorgado, se bem me lembro, por Stanislaw Ponte Preta. E, pior ainda, havia me tornado feminista. Assumida e desbragadamente feminista. Com o perdão da palavra.”⁹⁸. Nota-se nesse trecho um paradoxo interessante: ao mesmo tempo em que vemos o teor subversivo, no sentido de ser contra a ordem vigente, de seus artigos (*Com o perdão da palavra*), vemos que ela representa em certo nível *todo* o público de leitoras de uma das maiores revistas brasileiras, no momento em que lhe conferem o grau de *mulheróloga* da revista. Ela é ao mesmo tempo a *subversiva* e a *hegemônica*.

⁹⁴ CLAUDIA, Ano XXIV, n. 280, jan., 1985, p. 60.

⁹⁵ CLAUDIA, Ano XXIV, n. 280, jan., 1985, p. 61.

⁹⁶ PINSKY, Carla Bazanessi. **Mulheres dos anos dourados...** *op. cit.* p. 45.

⁹⁷ MÉNDEZ, Natalia Pietra. Uma senhora de respeito: A autoria feminista na escrita de Carmen da Silva (1919 – 1985). **Organon**, Porto Alegre, n. 53, jul. – dez., 2012, p. 109 – 127, p. 122.

⁹⁸ *Idem. Ibidem.*

Fernandes divide em três fases o trabalho de Carmen junto a revista: o “despertar” das leitoras, a consciência das injustiças e opressões e, por último, a “descoberta” do seu valor.⁹⁹ Nossa análise começa no fim deste último estágio, mesmo que tenha sido possível acompanhar muito do seu trabalho como um todo, devido as homenagens pós falecimento, tanto na forma de re-publicações de artigos, de editoriais sobre sua trajetória ou de notícias sobre a abertura da escola com o nome “Carmen da Silva”, em que o prefeito agradece não só a ela mas a todo o movimento de mulheres brasileiras.¹⁰⁰ Durante os meses em que lemos a coluna de Carmen, encontramos reportagens sobre democracia, infelicidade das esposas de executivos e políticos¹⁰¹, homens que possuíam a síndrome de Peter Pan permanecendo crianças para sempre¹⁰², e o último que escreveu, *O hábito de engolir sapo para manter o marido a qualquer preço*¹⁰³. A chamada emotiva aponta para o legado de Carmen para a emancipação feminina, rogando para que “Em sua homenagem, façamos a nossa parte, pois Carmen cumpriu plenamente a dela”¹⁰⁴.

2.1.2 A liberdade e o liberal

Apesar de não ser o foco da nossa pesquisa, acreditamos ser necessário ponderar sobre a relação da ideologia liberal e da revista *Claudia*. Isso se justifica por dois motivos: o primeiro pelo fato de que a imprensa feminina de forma geral, e principalmente a *Claudia* e as revistas que vieram *a posteriori*, tivessem como uma das principais fontes de renda a publicidade, se tornando uma variável importante para compreendermos o funcionamento da revista,¹⁰⁵ considerando que já na década de 1960 a imprensa feminina era milionária.¹⁰⁶ A segunda razão se encontra no próprio teor dessa publicidade; conforme observávamos a evolução do discurso feminista, acompanhávamos também anúncios publicitários que se apropriavam deste mesmo discurso para vender seus produtos.

A imagem, desde os primórdios da imprensa feminina, foi importante constituinte textual da revista, principalmente depois que surgiram as primeiras revistas com fotografias, justamente para deixar seu conteúdo mais leve e atrativo. Devemos ter em mente que todos os detalhes da publicidade (desde o texto até cor da fonte) são arquitetados de forma proposital,

⁹⁹ FERNANDES, Anna *Claudia* Bueno. As mulheres em *Realidade...* *op. cit.* p. 58.

¹⁰⁰ CLAUDIA, Ano XXIV, n. 288, set., 1985.

¹⁰¹ CLAUDIA, Ano XXIV, n. 281, fev., 1985, p. 165 - 168.

¹⁰² CLAUDIA, Ano XXIV, n. 284, mai., 1985, p. 234 - 238.

¹⁰³ CLAUDIA, Ano XXIV, n. 285, jun., 1985, p. 161 - 165.

¹⁰⁴ CLAUDIA, Ano XXIV, n. 285, jun., 1985, p. 161 - 165.

¹⁰⁵ Lembremos do editorial enviado aos anunciantes publicitários em 1961, cf. p. 7.

¹⁰⁶ MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revista:** a fragmentação da cultura no século XX. São Paulo: Olho D'água, 2003, p. 50.

com um fim. Monique Pires atenta para o fato de que para se analisar um artigo publicitário, de forma geral, é necessário examinar a relação entre o discurso textual e imagético, tendo em vista o caráter sempre polissêmico deste último, sendo a função do texto tirar essa ambiguidade.¹⁰⁷ Foi considerando essas especificidades da comunicação publicitária que analisamos algumas das propagandas presentes na revista.

Eram muito comuns anúncios que criavam binarismos evidentes, tanto de maneira endógena, entre tipos diferentes de mulheres ou famílias, quanto exógena, entre mulheres e homens, por exemplo. Neste sentido, analisaremos as propagandas da Lepper e da USTOP.¹⁰⁸ Na propaganda da Lepper é comparado diretamente o sucesso profissional com a escolha dos produtos domésticos. Isso fica claro no texto da propaganda:

Flávia sempre soube o que quis da vida. Por isso mesmo, é uma executiva muito bem-sucedida. Flávia sempre mostrou muita determinação. Assim, chegou antes que os outros. Sorte? Nada disso. Apenas competência e trabalho. Em casa, sempre usou produtos Lepper. *Coincidência? Não. Apenas uma questão de critério e bom gosto.*¹⁰⁹

A imagem corrobora com o texto, que mostra uma mulher séria, com aspecto bem-sucedido em escala de preto e branco, ao lado de uma mulher no conforto da sua casa, com uma toalha branca na mesa, em cores. A propaganda vende seu produto através da ideia de que essas duas mulheres podem existir ao mesmo tempo, já que a *nova* mulher não queria ser associada mais *apenas* ao aspecto doméstico do lar.

Por sua vez, a propaganda da USTOP não opõe dois *tipos de mulher*, mas sim *a mulher* e seu oposto complementar, *o homem*. A propaganda afirma: “Mulheres e homens merecem direitos iguais. Mas jeans diferentes.”¹¹⁰ Ademais, declarava que esse jeans havia descoberto outras diferenças entre homens e mulheres, além das que já eram conhecidas, apesar de não especificar que diferenças eram estas. Este é um exemplo de como o feminismo era utilizado comercialmente nos anúncios, havendo vários desse tipo. Mesmo que se pretenda

IMAGEM 6 - Publicidade: Lepper



Fonte: CLAUDIA, Ano XXV, n. 295, abr., 1986.

¹⁰⁷ PIRES, Monique Vidal. Mulheres em profusão: imagens das mulheres na propaganda impressa brasileira (1957 a 1997). (Dissertação de mestrado). Brasília, 2007, p. 30.

¹⁰⁸ Artigos de casa e marca de calças, respectivamente.

¹⁰⁹ Trecho presente na Imagem 6 (p. 33), grifos meus.

¹¹⁰ Trecho presente na Imagem 7 (p. 34).

feminista, sempre há algo que ainda conecta a aquela mulher que era restringida ao lar, diferente do homem.

Também observamos isso em uma propaganda da Chevrolet: “A chevrolet descobriu que a mulher também dirige”¹¹¹, diz o anúncio. A imagem poderia ser de uma mulher dirigindo, simplesmente. Entretanto é a imagem de um painel de um automóvel com a foto de uma criança com o escrito a mão “não corra mamãe”, para lembrar de que não é apenas um corpo que está dirigindo, mas um corpo sexuado e materno. Muitas outras poderiam ser elencadas aqui, contudo acreditamos que estas fornecem um panorama não só de como estavam buscando formas de *vender* para essa *nova* mulher, mas de como essa *nova* mulher era em realidade *múltiplas* mulheres, sendo necessário optarem por publicidades mais abertas, destinadas a um público menos definido.

IMAGEM 7 – Publicidade: USTOP



Fonte: CLAUDIA, Ano XXVII, n. 319, abr., 1988.

IMAGEM 8 – Publicidade: Chevrolet



Fonte: CLAUDIA, Ano XXV, n. 298, jul., 1986.

2.2 “O machão à moda antiga, ainda”: Tensionando a(s) masculinidade(s)

A citação que intitula esta seção do capítulo é o título de um artigo de uma coluna que começou a aparecer no final de 1987 e em 1988, chamada *Conversa de homem*, na qual o psicoterapeuta Flavio Gikovate dissertava basicamente sobre as performances de masculinidade, normalmente em relação ao seu oposto, a feminilidade. Foi nessa época, final dos anos 1980 e começo dos anos 1990, que as *masculinidades* e o conceito de *masculinidade hegemônica* começaram a aparecer em diversas áreas da pesquisa acadêmica¹¹², que, como já argumentamos, estava constantemente aparecendo em artigos de *Claudia*.

¹¹¹ Trecho presente na Imagem 8 (p. 34).

¹¹² CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Santa Catarina: Ed. UFSC. n. 21(1), p. 241 - 282, jan./abr., 2013, p. 245.

Essa coluna, em todas as edições analisadas em que ela surgiu, servia basicamente para tratar dos incômodos gerados a partir das transformações dos modelos de *feminino* e *masculino*, que seriam melhor conhecidas no século XXI, como afirma o psicoterapeuta.¹¹³ Já nos títulos conseguimos encontrar o viés dos artigos: *O homem só consegue se sentir amado quando está “por cima”*¹¹⁴, *O machão à moda antiga, ainda*¹¹⁵, *Por que é difícil homem ser amigo de mulher*¹¹⁶, *O medo de ter um filho gay*¹¹⁷ e *Fugindo para o bar, a procura de atenção*¹¹⁸. Todas elas, ao seu modo, falam diretamente das dificuldades de quebrar o modelo hegemônico de masculinidade, associado em nossa sociedade à

força, a energia, a coragem, o uso da razão, a competitividade, a rudeza, o desleixo consigo mesmo, a falta de cuidado com o outro, a dificuldade e a proibição mesmo de expressar sentimento, de chorar, um apego e um zelo pela honra, a atribuição de prover, manter e defender o grupo doméstico, a família.¹¹⁹

É interessante que tanto a nossa bibliografia¹²⁰ quanto os artigos publicados na coluna *Conversa de homem*, apontam para o fato de que praticamente nenhum homem consiga atender a este estereótipo de masculinidade, restando a opção de fingir *ser* ou não atender a ele, sendo que “Na hora de escolher entre esses dois caminhos, a grande maioria opta pelo primeiro”¹²¹.

Nos artigos do psicoterapeuta, nota-se que a *representação* da masculinidade se dá em três vias: do homem em relação ao *homem* (si mesmo), em relação a *mulher* (ao outro) e ao *ideal social de masculinidade* (ao mundo). Essas três faces ficam evidentes no artigo *Por que é difícil homem ser amigo de mulher*, em que fala que os homens foram ensinados a exercer o desejo sexual sempre que possível, nunca reprimindo-o, de forma que

Se a mulher perceber isto, e não tiver ela também interesses sexuais, tenderá a se afastar para não se sentir traída na confiança que começava a depositar naquele homem. Ele, por sua vez, se não tentar a abordagem sexual vai se sentir um trouxa, um fraco, até mesmo com tendências homossexuais. Onde é que se viu um homem ter a oportunidade sexual e recusá-la?¹²²

A homossexualidade é tema recorrente em vários destes artigos, mesmo que não seja o assunto final destes. Isso se deve ao fato de que era associada ao oposto do modelo de *masculinidade*,

¹¹³ CLAUDIA, Ano XXVII, n. 317, fev., 1988, p. 22.

¹¹⁴ CLAUDIA, Ano XXVI, n. 314, nov., 1987, p. 15.

¹¹⁵ CLAUDIA, Ano XXVII, n. 318, mar., 1988, p. 16.

¹¹⁶ CLAUDIA, Ano XXVII, n. 317, fev., 1988, p. 22.

¹¹⁷ CLAUDIA, Ano XXVII, n. 320, mai., 1988, p. 15.

¹¹⁸ CLAUDIA, Ano XXVII, n. 321, jun., 1988, p. 18.

¹¹⁹ ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. Masculino/Masculinidade. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, pp. 434 - 441, p. 439.

¹²⁰ Cf. CONNELL, Robert W.; MESSERSCHIMIDT, James W. Masculinidade Hegemônica... *op. cit.* p. 245.

¹²¹ CLAUDIA, Ano XXVII, n. 320, mai., 1988, p. 15.

¹²² CLAUDIA, Ano XXVII, n. 317, fev., 1988, p. 22.

sendo considerada, por grande parte dos homens, consequência imediata de uma educação parental que permitia a *criação* de um sujeito que não corresponda aos padrões de virilidade. O psicoterapeuta chega a apontar esse como um dos problemas que acabam gerando homens que na vida adulta, por mais que acreditem na equidade sexual, não conseguem desenvolver sua parte na vida doméstica.¹²³

A questão da impotência também era bem comum na revista. Normalmente isso era associado a ascensão do movimento feminista e das mulheres emancipadas, como é possível notar na matéria de janeiro de 1986 chamada *Na guerra dos sexos os machões se lamentam: estamos ficando impotentes. As feministas respondem: isso é chantagem*. O padrão de *masculinidade* só pode existir em seu modo íntegro se existir um modelo de *feminilidade* para contrapor, a dominação hierárquica do homem faz parte desse sistema, e para isso precisa-se de um(a) dominado(a). Se a delimitação de um deles começa a ruir, a outra por consequência começa a se extinguir conjuntamente, sendo uma ameaça ao próprio *ser* masculino.

2.3 “Até parece coisa de supermulher”: Quem são as mulheres de *Claudia*?

Ao analisar os modelos de *mulher* representados em nossa sociedade, Carla Pinsky os separou em dois momentos cronológicos, que nomeou de *rígidos* (do começo do século XX até o início década de 1960) e *flexíveis* (de meados dos anos 1960 aos dias atuais).¹²⁴ Nossa investigação se centra neste segundo grupo, sendo possível encontrar uma pluralidade de representações do que é *ser* mulher. Por mais que a mulher pudesse transitar de maneira mais fluída entre as fronteiras do público e do privado, estas duas esferas ainda *existiam* no imaginário social, o que gerava algumas contradições dentro da própria revista, que buscava conversar e aconselhar *a mulher*, no singular. Entre os acontecimentos que Pinsky seleciona como responsáveis por esta mudança (da *rigidez* para a *flexibilidade*), está a entrada da mulher no mercado de trabalho formal e nas universidades, a pílula anticoncepcional, as movimentações estudantis e o crescimento do movimento feminista.¹²⁵

O feminismo foi um dos elementos que gerou essas contradições no próprio âmago da revista. A editoração já havia aceitado que o feminismo vendia e que o legado de Carmen da Silva, devido ao imenso sucesso de sua coluna, não poderia ser ignorado. Ainda assim, não podiam esquecer que a *Claudia*, em seu projeto, era a revista da dona de casa brasileira, que ainda era o perfil de muitas de suas leitoras. Se antes vendiam a revista para mulheres para as

¹²³ CLAUDIA, Ano XXVII, n. 320, mai., 1988, p. 15.

¹²⁴ PINSKY, Carla Bazanessi. A Era dos Modelos Rígidos... *op. cit.* p. 470.

¹²⁵ PINSKY, Carla Bazanessi. A Era dos Modelos Flexíveis... *op. cit.* p. 514.

quais o eixo era o próprio lar¹²⁶, agora essa fórmula não funcionava mais; não porque o lar (e agora entendendo lar como todo este modelo rígido de feminilidade) não era mais uma alternativa da mulher; mas sim pelo fato de que havia uma *multiplicidade* de caminhos possíveis. Como ser uma revista de *massas* se não existir uma *massa* homogênea?

Em alguns momentos o editorial da revista optava por “apresentar todas as possibilidades” de forma “isenta”¹²⁷, por mais que às vezes elas fossem contraditórias. Isso fica claro ao vermos publicações de teor feminista e anti-feminista na mesma edição, sem qualquer espécie de mediação ou discussão entre elas, revelando certa incongruência. Era o caso dos quadrinhos da artista Carolina Whitaker (que assinou o primeiro como Carola Whitaker) em que a personagem principal Cecéu, uma criança, mantinha diálogos com suas amigas, como a Aruanda, filha de uma feminista (observe as Imagens 9 e 10). Aruanda sempre está segurando um cartaz com diversas pautas do movimento feminista e de esquerda, pelo aborto, pelas diretas, entre outras. Contudo, após Cecéu mostrar os benefícios de ter uma mãe em casa, Aruanda deixa o cartaz de lado, como se não visse mais sentido naquilo que reivindicava. Desde o primeiro mês que analisamos, e provavelmente antes disso, uma das grandes pautas levantadas pela revista era justamente a criação dos filhos, como algo compartilhado entre os pais e compatível com um perfil de mãe que decide trabalhar fora (sem romper com a mãe que decide não trabalhar). Nota-se, dessa forma, que o discurso presente nos quadrinhos de Cecéu entravam em conflito com o de outras matérias. Os quadrinhos foram publicados por somente três meses, o que, somado ao fato de que a artista comenta que seu trabalho não foi bem aceito pelas feministas¹²⁸, mostra que esta receita de “isenção” não estava dando muito certo.

IMAGEM 9 – Cecéu I



Fonte: CLAUDIA, Ano XXIV, n. 284, mai., 1985.

¹²⁶ Mencionado no editorial enviado aos anunciantes publicitários em 1961, cf. p. 7.

¹²⁷ Lembramos que não existe isenção, ou imparcialidade. A própria supressão de opinião já é uma forma de posicionamento a qual pode ser atribuído significados.

¹²⁸ Cf. Disponível em: < <http://carolinawhitaker.com.br/ceceu/> >. Acesso: 17/11/2017.

IMAGEM 10 – Cecéu II



Fonte: CLAUDIA, Ano XXIV, n. 285, jun., 1985.

A forma encontrada foi a de criar a *supermulher*¹²⁹, a mulher que transita entre os dois polos e consegue ser bem-sucedida em ambos. Ainda havia, é claro, a presença de artigos sobre mulheres que decidiram se dedicar a vida doméstica, bem como de mulheres que resolveram não ter filhos para se dedicar exclusivamente ao trabalho, mas o mais corriqueiro se tornou a vanglorização - e dicas de como chegar lá - de mulheres que mesmo que “emancipadas”, mantinham com destreza todas as responsabilidades do âmbito doméstico. Para melhor analisarmos as permanências e rupturas da transição dos modelos de representação feminina *rígidos* para os *flexíveis*, decidimos examiná-los divididos em tópicos temáticos. Não foi uma tarefa fácil, visto que é impossível dissociar alguns itens de outros (como tratar de direito reprodutivo sem abarcar sexualidade e maternidade?), de forma que separamos em três categorias interdependentes: *A mulher no mundo do trabalho*, *Sexualidade e direito reprodutivo* e *Maternidade*.

2.3.1 A mulher no mundo do trabalho

O trabalho fora do lar foi um dos primeiros (quando não o primeiro) âmbito público do qual as mulheres tiveram acesso.¹³⁰ No começo do século XX, após a I Guerra Mundial, ainda havia muitos estigmas acerca da mulher que trabalhava fora, a *mulher pública*, sendo isso associado comumente à pobreza ou falta de provedor, quando não à falta de moral, e até mesmo prostituição¹³¹. A partir da década de 1960, as lutas pela liberalização da condição feminina, somadas a uma economia instável, ao surgimento da pílula anticoncepcional e à busca por

¹²⁹ CLAUDIA, Ano XXVI, n. 309, jun., 1987, p. 172 - 175.

¹³⁰ É importante ressaltar que essa entrada no mundo do trabalho a partir da segunda metade do século XX se aplica principalmente às mulheres brancas de classe média ou alta, que é o público alvo da revista. As escravizadas ou mulheres libertas pobres sempre estiveram associadas ao trabalho, principalmente doméstico.

¹³¹ BORELLI, Andrea; MATTOS, Maria Izilda. Trabalho. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, pp. 639 - 644. p. 641.

autonomia financeira, levaram a um exponencial aumento da presença da mulher no mercado de trabalho, principalmente em certas áreas consideradas mais *femininas*, como o magistério e a enfermagem.

Na década de 1980 o trabalho já havia se tornado uma realidade da mulher, sendo inclusive encorajado, parte da nova e moderna *supermulher* ou, conforme nomeou Pinsky, “*mothern*”¹³². Em 1986 foi criada uma seção da revista, chamada *Mulher Ativa*, que agrupava uma série de artigos, colunas, testes sobre essa *supermulher*, e mais que isso, fornecia dicas de como conseguir gerenciar todas as novas responsabilidades atribuídas a ela, a *mulher ativa*. Era nessa seção que muitas vezes eram feitos perfis de mulheres trabalhadoras e de como elas *chegaram lá*. Era muito comum, nesses perfis, elas falarem sobre como conciliaram (ou não) a família e o trabalho, mas sempre com o foco neste último. Em fevereiro de 1986 temos o perfil de Vera, que trabalhava como relações públicas há 25 anos, sendo que era separada há 9, depois de um casamento que ela via como uma “concessão estúpida” que fez à sociedade.¹³³ O curioso é que a matéria que vinha logo em seguida era justamente chamada “Quem boicota o seu trabalho? Você ou seu marido? ”, assinada por uma psicóloga, que ajuda a mulher a perceber se a culpa que ela sente ao ir trabalhar não vem de uma repressão por parte do cônjuge, mesmo que de forma *silenciosamente* inconsciente.¹³⁴

Além de matérias desse cunho, que ajudam a mulher a separar a vida conjugal da laboral, também havia matérias que auxiliavam na conciliação dessas, como o perfil da publicitária Maria, *É preciso ser forte, mas sem perder a ternura*. Maria começou a trabalhar aos 13 anos, pois sempre quis autonomia financeira. Seu marido, por sua vez, sempre apoiou a carreira dela, fazendo, inclusive, *sacrifícios* pessoais, como cuidar dos filhos que adoeceram para que ela pudesse ir viajar a trabalho.¹³⁵ Nota-se que ainda se considera, aqui, que a vida doméstica e a criação dos filhos *são* responsabilidade da mulher, sendo um *favor* que ele estava prestando à esposa. É nesse processo de abertura ao *público* para as mulheres, sem que os homens se insiram no *privado*, que o problema social das múltiplas jornadas de trabalho surge, sem ser, muitas vezes visto como um problema, tendo em vista que as mulheres já “conseguiram o que queriam”.

Estamos vencendo no mundo deles, é o nome da reportagem que fala sobre as desigualdades entre os sexos no mundo do trabalho: “Até parece coisa de *supermulher*: temos

¹³² PINSKY, Carla Bazanessi. A Era dos Modelos Flexíveis... *op. cit.* p. 536.

¹³³ CLAUDIA, Ano XXV, n. 293, fev., 1986, p. 149 - 150.

¹³⁴ CLAUDIA, Ano XXV, n. 293, fev., 1986, p. 151 - 152.

¹³⁵ CLAUDIA, Ano XXV, abr., 1986, p. 133 - 134.

de controlar nossa casa, dar toda a atenção aos filhos, nos multiplicar em várias. Mas estamos começando a fazer carreira.”¹³⁶. Essa reportagem conta com a coleta de vários depoimentos de mulheres trabalhadoras, compreendendo diferentes profissões, mulheres casadas ou solteiras, com filhos ou sem filhos. A matéria termina com o desejo de mudança, “de tornar o mundo, hoje tão masculino, igualmente bom para nós.”¹³⁷

2.3.2 *Sexualidade e direito reprodutivo*

No caso da sociedade brasileira, a representação de sexualidade foi constituída a partir das premissas ocidentais cristãs, devido ao processo de colonização.¹³⁸ Com a revolução sexual dos anos 70 e o avanço das tecnologias contraceptivas, como a pílula, sexo e reprodução começaram a ser considerados conceitos não necessariamente vinculados, sendo o planejamento familiar um assunto cada vez mais em pauta. Essa desvinculação permitiu a associação de sexo a outros conceitos, antigamente de menor relevância para as mulheres, como prazer e orgasmo.

A partir da década de 1980, como aponta Carla Pinsky, “transar” perdeu seu sentido “revolucionário”, de vanguarda, e se tornou algo normal, de seu tempo.¹³⁹ Isso é percebido nas revistas analisadas, onde há várias reportagens sobre como conversar com os filhos sobre sexo, além de o orgasmo feminino ser algo constantemente citado, em matérias e entrevistas com especialistas e famosos.¹⁴⁰ Uma evidência dessa mudança de perspectiva é notada na edição comemorativa de 25 anos da revista, em que há um espaço reservado para se discutir os tabus que caíram nesse um quarto de século (e que devem continuar a serem combatidos)¹⁴¹. Entre eles está a virgindade, o divórcio, o aborto e o *homossexualismo*¹⁴². Desses, por mais que todos apareçam com frequência na revista - com exceção da homossexualidade -, o aborto foi o que mais nos chamou a atenção. Nas entrevistas com mulheres famosas, era muito comum elas

¹³⁶ CLAUDIA, Ano XXVI, jun., 1987, p. 172.

¹³⁷ CLAUDIA, Ano XXVI, jun., 1987, p. 175.

¹³⁸ CURADO, Jacy Corrêa. Sexualidade. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, pp. 604 - 607, p. 606.

¹³⁹ PINSKY, Carla Bazanessi. A Era dos Modelos Flexíveis... *op. cit.* p. 521.

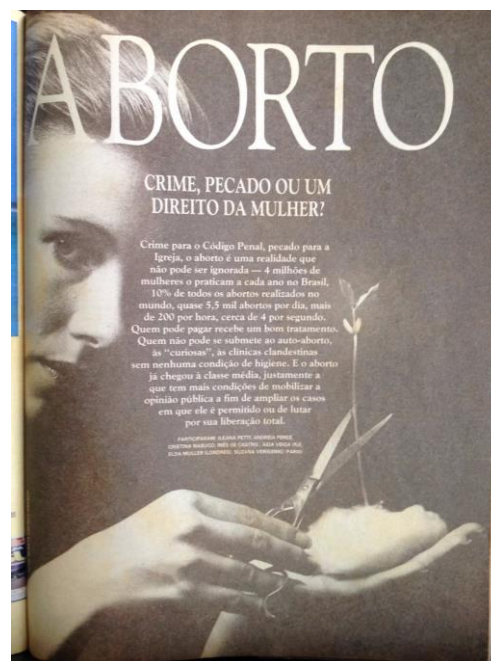
¹⁴⁰ Exemplo da reportagem com Fafá de Belém (cf. p. 16) e da matéria *O amor se revela depois do orgasmo*, In: CLAUDIA, Ano XXVIII, n. 317, fev., 1988.

¹⁴¹ CLAUDIA, Ano XXV, n. 301, out., 1986.

¹⁴² Ver nota 86.

contarem sobre abortos que haviam feito, mesmo que este não fosse o assunto da entrevista, dizendo os motivos que as levaram a isso, de maneira muito corriqueira. O aborto, por mais que fosse um tema reconhecidamente polêmico, era aceito com certa trivialidade, sem julgamentos morais aparentes. Havia reportagens com o foco de trazer o aborto para o debate público, trazendo opiniões de feministas, advogadas e religiosos, mas afirmando que a discussão não podia mais ser ignorada. Atribuímos essa grande atenção ao tema ao processo de redemocratização, visto que foi nesse período que o movimento feminista encontrou uma brecha para reivindicar suas pautas, sendo uma delas o aborto¹⁴³.

IMAGEM 11 - Aborto



Fonte: CLAUDIA, Ano XXVII, n. 316, jan., 1988.

2.3.3 Maternidade

Optamos por deixar a maternidade por último pelo fato de acreditarmos que este seja um dos que mais possui cruzamentos com os outros temas. Quanto mais observamos “os casacos sendo retirados dos cabides”¹⁴⁴, as construções de gênero atribuídas aos corpos sexuados se desvanecendo nessas transformações, mais encontramos os discursos *biologizantes*. No caso do corpo sexuado feminino, esse movimento quase sempre acaba na questão da maternidade.

A mulher dotada dos cromossomos XX pode se emancipar e se libertar de muitas das inferências que lhe foram atribuídas durante séculos, contudo ela ainda possui um útero, cuja função é ser fecundado e gerar vidas. Dessa forma, ao se falar de sucesso profissional, se fala de como mediar isso com o fato de ter filhos; a mulher que toma anticoncepcional e consegue, por isso, ter uma vida sexual ativa sem medo de uma gravidez indesejada, *ainda* não está pronta. Há matérias sobre os benefícios de ser mãe por volta dos 40 anos. O discurso de um “relógio biológico” ainda era muito presente, a maternidade *completava* a supermulher.

¹⁴³ SAMPAIO, Paula Faustino. Aborto. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, pp. 16 - 20, p. 19.

¹⁴⁴ Metáfora criada por Linda Nicholson, ao discorrer sobre como funcionam os determinismos e *fundacionalismos* biológicos. Nesse caso as roupas, acessórios, que são postos no cabide são as inferências sociais de gênero, enquanto o cabide seria o fator biológico. Cf. NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**. Santa Catarina: Ed. UFSC. n. 8(2), mai./ago., 2000.

Ainda assim, houve muitas rupturas com este discurso. Já expusemos a reportagem e entrevista com Elizabeth Badinter, em que ela fala sobre os mitos que foram criados sobre o amor incondicional materno, e toda a polêmica em torno dessa sugestão, mostrando seu caráter subversivo. Além disso, outros tipos de família surgiram, dando um novo sentido à própria maternidade. A adoção e a inseminação artificial ganharam espaço, apoiando a criação “autônoma” como algo a ser pensado para a próxima constituinte. De fato, a maternidade ainda era um fator a se considerar ao pensar a vida profissional, mas a revista era recheada de sugestões de como conciliar essas duas partes da vida. Havia uma forte campanha de desmoralização do discurso de que a ausência da figura materna causaria problemas de educação e psicológicos na criança, chegando a existir seções que ofereciam o contato de serviços de *baby-sitter* nas capitais¹⁴⁵. A representação da figura paterna também mudou. Os pais agora faziam parte da criação dos filhos (mesmo que em menor nível), visto que agora eles não eram mais a fonte única de renda, podendo ficar menos tempo fora de casa. A ausência - física e sentimental - da figura paterna deixou de ser vista como algo desejavelmente característico da *masculinidade*, o que sugere uma mudança na estrutura familiar.

A transição da representação do que é *ser mulher* dos modelos rígidos para os flexíveis foi composta de muitas rupturas e continuidades, as quais tentamos expor brevemente neste capítulo. Esse processo não se deu sem conflitos. Quando se altera o *status quo* das estruturas das relações entre os gêneros há, historicamente, uma reação. As mulheres tomaram os espaços público para reivindicar seus direitos, entre eles o do trabalho, o qual já analisamos. Agora nos propomos a analisar mais de perto como foi se esmorecendo esses limites dentro do campo político, o tradicionalmente *mais público* dos espaços.

¹⁴⁵ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXVII, n. 317, fev., 1988.

3 ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: RELAÇÕES DE GÊNERO EM PERSPECTIVA

O interesse pelo que se chama “história da vida privada” não é uma novidade no campo do conhecimento histórico. Esse movimento surgiu em meados do século XX, em contraposição às escolas tradicionais, que buscavam compreender o que convencionalmente chamamos de “história pública”, dos grandes homens¹⁴⁶ e reis, das grandes estruturas políticas e econômicas, de uma suposta “totalidade” histórica. Essa história, sendo assim, dificilmente englobava as(os) subalternas(os), mulheres, negras(os), LGBTs, idosas(os), crianças, trabalhadoras(es) do campo e da cidade, colocadas(os) convencionalmente em posição de “massa homogênea” pela historiografia. Várias foram as respostas para este problema teórico, fomentando o florescimento de novas escolas, como a História Social e Cultural, as pós-estruturalistas, as decolonialistas, a micro-história, entre outras. Em comum, epistemologicamente, essas escolas passaram a valorizar os acontecimentos da vida privada, como uma forma de compreender o passado (e o presente) e as relações de dominação que são travadas nestes espaços.

O presente capítulo é destinado a analisar como os limites entre o que se considera o *público* e o *privado* foram esmorecendo durante as reformulações políticas da década de 1980, possibilitando que a participação política feminina fosse tema constante na revista *Claudia*. Mas antes, é necessário conceber quais seriam as delimitações entre público e privado, e como funcionam essas “fronteiras”.

3.1 Reflexões sobre os limites entre os âmbitos *público* e *privado*

O primeiro apontamento a ser feito sobre os limites entre o público e o privado é de que eles não existem enquanto conceito fixo. Como expõe Antoine Prost

A vida privada não é uma realidade natural, dada desde as origens dos tempos: é uma realidade histórica, construída de diversas maneiras por sociedades determinadas. Não existe uma vida privada de limites definidos para sempre, e sim um recorte variável da atividade humana entre a esfera privada e a esfera pública.¹⁴⁷

Tampouco pode ser delimitado apenas por conjuntura histórica, visto que em um mesmo contexto existem diferentes atravessamentos, como raça, gênero, sexualidade e classe social, gerando formas diversas de inserção nestas esferas.

¹⁴⁶ Aqui nos referimos a *homens* como corpo sexuado masculino, não *humanidade*, como convencionalmente se faz na linguística.

¹⁴⁷ PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada, 5:** da Primeira Guerra a Nossos dias. São Paulo: Cia. das letras, 2009, p. 14.

Variadas áreas do conhecimento - ciências políticas, econômicas, sociais, históricas - utilizam a dicotomia do público e do privado como uma categoria de análise, a qual “Norberto Bobbio chama-lhe a ‘grande dicotomia’, por ser um binômio fundador que subsume muitos outros e cujas fronteiras são difusas e intercambiáveis”¹⁴⁸, sendo compreendidas de diferentes formas. Acreditamos ser interessante para o trabalho expor algumas das formas em que é pensada essa separação/relação, culminando na crítica feminista, na qual nos enquadrámos, com o intuito de transparecer o carácter mutável deste conceito. Sofia Aboim aponta que há no mínimo quatro significações usuais, resumidamente: a primeira seria a conectada às teorias econômicas liberais, para compreender a relação do Estado, da economia e da população. Neste caso, o binômio público-privado representaria, respectivamente, o Estado e o mercado, sendo a família o lugar mais privado de todos. A segunda teoria se centra no modelo de esfera pública como “sociedade civil distinta tanto do Estado como do mercado”¹⁴⁹, essencial para realização dos ideais democráticos. Esta concepção se baseia nos conceitos de *polis* e *oikos*, o público e o privado, em que o primeiro é o espaço de igualdade entre os cidadãos e o segundo, o natural da desigualdade - escrava(o) e senhor, homem e mulher, pai e filho. A terceira visão seria a de que o público não seria somente o político, mas os espaços de sociabilidade opostos a vida privada e familiar.¹⁵⁰

A quarta suposição seria a de cunho feminista, na qual nos incluimos, que associa o público à política e a economia, e o privado à família, com o intuito de relacionar a ordem de gênero estabelecida de maneira hierárquica, e a construção da dicotomia público e privado¹⁵¹. Segundo Aboim, a separação entre as esferas pública e privada é uma característica das sociedades modernas, devido ao romantismo, e a idealização da intimidade, e o afastamento das mulheres das atividades produtivas na sociedade industrial. Dessa forma, foi possível, no século XIX, delimitar

espaços e funções sociais. Enquanto as qualidades ontologicamente atribuídas ao privado permaneceram associadas ao feminino e às suas propriedades maternais e afetivas, a esfera pública - da produção industrial e da cidadania política - ficou ligada ao masculino, reproduzindo-lhe a supremacia e o lugar de chefe de família.¹⁵²

¹⁴⁸ ABOIM, Sofia. Do público e do privado: uma perspectiva de género sobre uma dicotomia moderna. **Estudos Feministas**, Florianópolis: Ed. UFSC. n. 20(1), p. 95 - 117, jan./abr., 2012, p. 96.

¹⁴⁹ *Ibidem*. p. 96.

¹⁵⁰ *Ibidem*. p. 97.

¹⁵¹ *Ibidem*. p. 97.

¹⁵² *Ibidem*. p. 99.

No século XX essas mesmas divisões e fronteiras foram se tornando mais tênues, a partir de diversos fatores históricos que transformaram as relações sociais de dominação, o que nos leva ao próximo item de divergência teórica entre as diferentes perspectivas de público e privado.

As primeiras correntes defendem que, devido à ascensão do privado e do individualismo no século XX, houve uma erosão da vida pública. Esse fenômeno é notado, por exemplo, “desde o aumento da abstenção eleitoral nas democracias ocidentais, o decréscimo do associativismo e do agrupamento coletivo até a explosão dos programas televisivos que vivem da exposição da intimidade dos indivíduos”¹⁵³. Dentro desta tese, há tanto teóricos que veem isso de forma positiva, quanto de forma negativa. Este primeiro grupo observa no processo de *individualismo institucionalizado*¹⁵⁴ a *desfamiliarização*, que possibilitou aos indivíduos serem independentes economicamente, lhes conferindo mais autonomia, principalmente a aqueles que até o momento não o eram, como as mulheres. Esse fenômeno, de rompimento familiar, deveria ser responsável pela quebra das estruturas de dominação, visto que o *familialismo* seria a base da sociedade patriarcal.¹⁵⁵ Perante a continuidade do sistema de dominação, as teóricas feministas elaboraram uma contratese.

Além de atentar para a conexão entre a divisão público/privado e o sistema de gênero, esta perspectiva desconstruiu a ideia da esfera privada como um *locus* de afeto e intimidade, mostrando as relações de opressão e dominação que existem dentro deste âmbito, sendo a própria segregação sexual destes espaços uma forma de violência. Dessa forma, a forma de combater a desigualdade de gênero não seria através da intrusão da vida privada na pública; pelo contrário, é

através da conquista progressiva da cidadania e do abandono de uma condição associada à natureza, à reprodução e à maternidade que as mulheres tem adquirido maiores direitos. A erosão da família patriarcal é consequência do alargamento da cidadania, da igualdade e da autonomia como valores morais constituintes da própria modernidade.¹⁵⁶

Ou seja, é o *público* se inserindo no *privado*. É neste fato que reside nossa argumentação de que o processo de redemocratização - com a valorização de conceitos como cidadania, democracia, liberdade e igualdade - afetou diretamente as relações da vida doméstica, bem como as relações de dominação dentro dela. Isso fica evidente, por exemplo, na discussão que já realizamos no capítulo 1, sobre o conceito de “democracia dentro de casa”. Dessa forma,

¹⁵³ ABOIM, Sofia. Do público e do privado... *op. cit.* p. 101.

¹⁵⁴ Não confundir este *individualismo institucional* com o conceito tradicional de *individualismo*, o *individualismo institucional* refere-se ao fato de as instituições contemporâneas estarem voltadas ao *indivíduo*, e não ao grupo. Cf. *Ibidem.* p. 104.

¹⁵⁵ ABOIM, Sofia. Do público e do privado... *op. cit.* p. 105.

¹⁵⁶ *Ibidem.* p. 107.

como aponta Susan Okin, as feministas defendem a indissociabilidade das relações de poder nas esferas públicas e as das esferas privadas, reafirmando o lema feminista “o pessoal é político.”¹⁵⁷.

3.2 Homens privados, Mulheres públicas

3.2.1 O Novo Homem

Como argumentamos anteriormente, as marcas de temporalidade estão presentes mesmo nas matérias de *Claudia* mais alheias aos “grandes acontecimentos”. Uma das marcas que observamos aparecer constantemente na revista, indicando essa erosão das fronteiras entre o público e o privado que fez parte do processo de redemocratização, reside no fato de que em diversos momentos aparecem reportagens fazendo conexão entre o sexo masculino e características associadas ao feminino, ou seja, ao doméstico. Não queremos afirmar, aqui, que a *Claudia* era uma revista vanguardista que intencionalmente tentou dismantlar a hierarquia entre as esferas, mas que ela, como produto do seu tempo, apresenta indícios latentes deste processo.

No capítulo 2 fizemos uma explanação sobre as *masculinidades* e o que se convencionou chamar *masculinidade hegemônica*, e como essas inferências balizavam o que é *ser homem*. Neste momento veremos as matérias de *Claudia* que transgrediam esse modelo. Como aponta Aboim¹⁵⁸, o discurso psicologizante do *Eu* - que potencializou-se no século XX - é uma das formas mais individuais e íntimas, logo, privada, de se pensar um ser. Posto isto, a elaboração de uma coluna assinada por um psicoterapeuta chamada *Conversa de homem*¹⁵⁹, na qual o tópico principal nos anos analisados era a reflexão sobre a *decadência* do modelo de masculinidade, é sintomática. Nesta, não só eram apresentadas as mudanças entre o homem de outrora e o *novo homem*, como também se discutia como os homens estavam se sentindo em relação a isso. Tomemos como exemplo a edição intitulada “Fugindo para o bar, a procura de atenção”¹⁶⁰, na qual o psicoterapeuta *amigo* discorre sobre como algo está causando aos homens desconforto na vida doméstica - entende-se, no núcleo familiar. Na conclusão do especialista lê-se: “É muita mudança para tão pouco tempo. Não somos capazes de nos modificar emocionalmente de modo tão completo, e o resultado é que nos sentimos desprestigiados,

¹⁵⁷ OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Estudos Feministas*. Florianópolis: Ed. UFSC. n. 16(2), p. 305-332, mai./ago., 2008, p. 314.

¹⁵⁸ ABOIM, Sofia. Do público e do privado... *op. cit.* p. 104.

¹⁵⁹ Coluna esta que analisamos mais detalhadamente no segundo capítulo, seção 2.2.

¹⁶⁰ CLAUDIA, São Paulo: Abril, Ano XXVII, n. 321, jun., 1988, p. 18.

desprezados, tratados com muito pouco carinho.”¹⁶¹. Ora, a ruptura sistemática que gerou este sentimento de não ser mais “os reis do lar”¹⁶² através destas *mudanças em pouco tempo*, é a mesma que possibilitou que eles se expressassem emocionalmente. Explicamos: o modelo de masculinidade hegemônica nega qualquer *sentimentalização* masculina, afastando estes do discurso citado acima. Essa reação masculina às reestruturações da divisão sexual das esferas só é possível a partir da *própria* reestruturação. O mesmo pode ser apontado no artigo sobre a “crise dos 40” masculina, trazendo relatos de como homens resolveram esse problema, que se insere em um discurso de cuidado com a saúde psicológica, normalmente ignorada pelo *sexo forte*.

IMAGEM 12 – A crise dos 40 anos dele



Fonte: CLAUDIA, Ano XXV, n. 296, mai., 1986.

O discurso psicologizante da masculinidade também aparece em matérias dirigidas ao público feminino. Isso pode ser observado em uma reportagem de Carmen da Silva sobre a *síndrome de Peter Pan*.¹⁶³ O artigo discorre sobre o arquétipo psicológico dos homens que procuram em suas parceiras a figura da mãe, ou seja, o cuidador materno. Ao delinear as características deste arquétipo, Carmen da Silva atenta para o fato de que, devido a sua imaturidade psicológica, o *Peter Pan* acaba copiando os modelos vigentes e afirma:

Ora, o modelo vigente em nossa sociedade é o patriarcal, machista, discriminatório - e é esse o que Peter Pan vai copiar. [...] Assim, para que ele, homem, possa manter sua auto-imagem idealizada, Peter Pan precisa situar no sexo oposto todo o mal, todos os aspectos negativos e desprezíveis.¹⁶⁴

¹⁶¹ CLAUDIA, São Paulo: Abril, Ano XXVII, n. 321, jun., 1988, p. 18.

¹⁶² CLAUDIA, São Paulo: Abril, Ano XXVII, n. 321, jun., 1988, p. 18.

¹⁶³ CLAUDIA, São Paulo: Abril, Ano XXIV, mai., 1985.

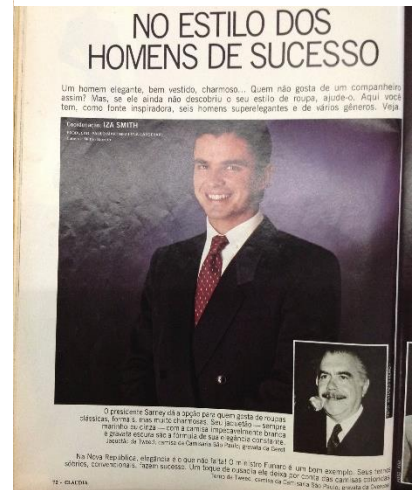
¹⁶⁴ CLAUDIA, São Paulo: Abril, Ano XXIV, mai., 1985, p. 238.

Dessa forma, Carmen da Silva acaba por patologizar o comportamento masculino que corresponde a este modelo, levando esta estrutura de *masculinidade hegemônica* para a instância mais privada possível, para o território do *Eu* psicológico.

Outra forma de privatização masculina que podemos apontar como presente na revista é a de estabelecer uma relação entre o homem e o *cuidado*, tanto pessoal quanto com o outro. Não podemos nos prolongar muito no assunto, por termos espaço limitado de análise, contudo queremos citar exemplos de como esses temas eram trazidos em *Claudia*,

como nas matérias “Creme nele!”¹⁶⁵ que trata de estética masculina, “Um bom exemplo para ele seguir”¹⁶⁶ que aconselha homens a cozinhareem no dia das mães, “No estilo de homens de sucesso”¹⁶⁷ no qual fornecem dicas de moda (usando inclusive o então presidente José Sarney como modelo), além de várias sobre homens que participam na criação dos filhos, como “Se você ajudar ele pode ser um novo pai”¹⁶⁸ ou “O novo pai é mais participante e amigo”¹⁶⁹.

IMAGEM 13 – Masculinidades I



Fonte: CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 299, ago., 1986.

IMAGEM 14 – Masculinidades II



Fonte: CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXVI, n. 311, ago., 1987.

IMAGEM 15 – Masculinidades III



Fonte: CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 296, mai., 1986.

IMAGEM 16 – Masculinidades IV



Fonte: CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXIV, n. 285, jun., 1985.

¹⁶⁵ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXIV, n. 285, jun., 1985.
¹⁶⁶ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 296, mai. 1986.
¹⁶⁷ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 299, ago., 1986.
¹⁶⁸ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 299, ago., 1986.
¹⁶⁹ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXVI, n. 311, ago., 1987.

Acreditamos que ainda seja necessária uma última ponderação sobre a representação da transgressão masculina dos limites público/privado nos exemplares analisados: a representação dos políticos. Nos foi surpreendente encontrar um número considerável de matérias do estilo *perfis* de políticos contemporâneos à revista, visto que tradicionalmente os tipos de homens que aparecem neste veículo são atores, músicos, artistas de maneira genérica. No entanto, além dos comentários sobre os ternos do Sarney¹⁷⁰ e sobre a vida noturna de “Aecinho” Neves¹⁷¹ nas sessões de “O assunto é...”¹⁷², artigos inteiros sobre personalidades políticas, vistas de diversos ângulos, foram recorrentes. “O político já se sabe: é ousado e irreverente. E o homem?”¹⁷³ Esta é a primeira frase da chamada do artigo “Um príncipe a caminho do planalto”, sobre Fernando Collor de Mello, então governador de Alagoas. É interessante como, aqui, o político e o homem se separam, indicando não apenas que há alguém além do que se vê no público, como que este alguém é tão merecedor de atenção quanto o político. A matéria é bem-sucedida em misturar esse homem público e esse homem privado de maneira que nenhum dos dois aparenta ter mais destaque: ao mesmo tempo em que as pessoas que ele mais admira são Gorbachev e o papa João Paulo II, ele admite que é fundamentalmente monogâmico e só entende sexo como envolvimento afetivo. No mesmo parágrafo em que comenta sobre o assassinato de um assessor, comenta sobre “massagem na cabeça, cafuné, cócegas nas costas, nos braços”¹⁷⁴. O mesmo acontece com Fernando Henrique Cardoso, ou o “O político que ri, come na cama e não resiste às tentações”¹⁷⁵, título do artigo sobre o então senador da república. Logo no começo, já é afirmado que o “candidato preferido das mulheres”¹⁷⁶ não abre mão da privacidade da vida doméstica, sendo um marido e um pai bem-humorado. Boa parte da reportagem foca, também, no fato de ele ser responsável pela arrumação da casa, por lavar a louça, e por ser maníaco por limpeza, ao mesmo tempo que aponta a esposa, a antropóloga Ruth, enquanto a pessoa que corrige seus textos e *ajuda*¹⁷⁷ na



Fonte: CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXIV, n. 288, set., 1985.

¹⁷⁰ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXIV, n. 287, ago., 1985.

¹⁷¹ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXIV, n. 288, set., 1985.

¹⁷² Única “coluna” que permaneceu praticamente inalterada durante os quatro anos investigados, era basicamente várias páginas em sequência, com comentários curtos em *boxes* sobre o que estava acontecendo “no momento” ao redor do mundo e especulações sobre personalidades.

¹⁷³ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXVII, mai., 1988, p. 38.

¹⁷⁴ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXVII, n. 320, mai., 1988, p. 41.

¹⁷⁵ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXIV, n. 290, nov., 1985.

¹⁷⁶ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXIV, n. 290, nov., 1985.

¹⁷⁷ Destacamos a utilização da palavra *ajuda* visto que, ao pensarmos nas relações de dominação de gênero, esta possui uma carga diferente, nos remetendo a ideia de *auxiliar*, *secundário*, tanto no sentido da Ruth ser uma

preparação dos discursos. Outros políticos passaram pelo mesmo processo de serem levados para o âmbito privado, ao passo em que várias mulheres sofreram o processo inverso.

3.2.2 A Nova Mulher

Conforme já apontamos no segundo capítulo, as revistas femininas possuem o objetivo de criar modelos femininos a serem seguidos, modelos estes que desde a criação da *Claudia* até o momento investigado, sofreram inúmeras transformações. Uma das formas de moldar estes arquétipos é através da apresentação de perfis - entrevistas, reportagens - das pessoas que movem o *interesse* do público. Assim como as sobre os homens, as mulheres escolhidas geralmente participavam da classe artística, quadro que também se alterou nos anos analisados, tanto na seleção das pessoas como na maneira de abordá-las. Neste momento do trabalho, iremos selecionar alguns desses *perfis* para mostrar como foi realizado esse processo, de trazer as mulheres para os espaços públicos.¹⁷⁸ Evidentemente esse não foi um fenômeno espontâneo, mas sim em decorrência de uma crescente *politização* - no sentido mais amplo - do próprio editorial da revista, que analisaremos na última parte deste capítulo.

“Maria Luiza, a prefeita”¹⁷⁹, ou Maria Luiza Fontenelle, é a primeira selecionada para nossa análise. Sendo a primeira prefeita eleita em uma capital brasileira, é compreensível que ela consiga espaço em uma revista que já demonstrava almejar uma maior participação feminina na política. A matéria se intitula “A Maria Bonita que encantou Fortaleza”¹⁸⁰, em referência à conhecida cangaceira, o que já denota o reconhecimento de que ter uma mulher nesta posição é uma subversão. É interessante, que há uma tentativa por parte da matéria de fazer um balanço entre seu lado dócil e agressivo (*feminino e masculino*) como fica evidente na chamada: “Pouco vaidosa, profundamente marcada pela política e pelo amor, ela mostra porque conseguiu, com um doce sorriso e argumentos agressivos ‘dar uma virada’ no Ceará”¹⁸¹. Identificada como feminista e do Partido dos Trabalhadores, a notícia trata tanto dos planos políticos, econômicos e sociais que a prefeita tem para o município, como do que antes se chamaria privado. Utilizamos o termo *antes* devido ao modo como estes assuntos foram tratados: quando se mencionou casamento foi para falar sobre o fato de como ela é duplamente desquitada, e como

pesquisadora tratada comumente como “a mulher do FHC”, como no caso contrário, em que homens *ajudam* nas tarefas domésticas, enquanto secundários.

¹⁷⁸ Apesar de termos encontrado uma grande quantidade de perfis passíveis de serem analisados nesta monografia, não há condições de realizar uma discussão mais aprofundada quantitativamente. Dessa forma selecionamos dois exemplos capazes de subsidiar a discussão sobre a politização da revista.

¹⁷⁹ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 293, fev., 1986, p. 21 – 24.

¹⁸⁰ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 293, fev., 1986, p. 21.

¹⁸¹ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 293, fev., 1986.

isso impactou sua candidatura; ao falar sobre a filha, comentou-se que Maria Luiza não cobrava pensão, assunto que estava muito em voga devido às reformas constitucionais que estavam sendo debatidas¹⁸². Ainda assim, é perceptível a necessidade linguística de *masculinização* para que ela fosse aceita como política, ou seja, como pública, como fica evidente no depoimento de um taxista cearense “Ela é diferente, sincera, honesta e mais destemida que muito macho”¹⁸³.

Diferentemente de Maria Luiza, que não tinha nenhum “cacique político”¹⁸⁴ na família, nossa próxima apreciação será entorno de uma mulher que sempre esteve politicamente “a sombra do marido” - até que não

esteve mais: Corazón Aquino¹⁸⁵. No momento em que a matéria foi escrita Corazón já era presidente das Filipinas, após um regime ditatorial de 20 anos, que foi responsável pela morte do seu marido e líder da oposição. Durante todo o percurso da matéria, chamou-se atenção para o fato de, até a morte do marido, ela não ter interesse em política, de ser

IMAGEM 18 – A virada de Corazón



Fonte: CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 295, abr., 1986.

dona-de-casa, “meiga e suave”, que servia café nas reuniões. Com a prisão do marido, os comentários dos que eram próximos a ela começam a tecer uma imagem de força, uma vez que agora o marido fazia sua política - inclusive sua candidatura - através da esposa. Com a morte de seu marido, Corazón engajou-se na política, dois anos depois lançando sua candidatura à presidência, e “abandonou para sempre”¹⁸⁶ o papel de dona-de-casa. *Claudia* termina a matéria assinalando que “Atrás de sua férrea decisão estava, sem dúvida, a vontade de honrar a memória do marido. Mas, talvez, também, aquela sintomática frase do Papa inscrita na galeria de retratos de Notre Dame: ‘Depende de você...’”¹⁸⁷

¹⁸² Tomemos como exemplo o fato de que foram realizadas quatro matérias em quatro edições subsequentes sobre a temática da pensão pós-separação, mostrando quatro pontos de vista diferentes sobre o assunto, chamadas “O Salário do desamor” (maio, junho, julho e agosto de 1988).

¹⁸³ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 293, fev., 1986.

¹⁸⁴ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 293, fev., 1986.

¹⁸⁵ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 295, abr., 1986.

¹⁸⁶ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 295, abr., 1986.

¹⁸⁷ Referência à epígrafe que Corazón Aquino escolheu para sua foto durante a realização de seus estudos em Nova Iorque: “Depende de você trazer para a vida onde está entrando (...) uma energia de verdadeira fé religiosa.” do Papa Pio XII. CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 295, abr., 1986, p. 46.

Nossa escolha desses dois perfis, em detrimento de várias outras possibilidades, reside na construção de duas mulheres diretamente envolvidas na política, em contextos bem parecidos, mas completamente diferentes. Uma que desde estudante era engajada politicamente, feminista, divorciada, com atributos considerados masculinos pelos modelos de feminilidade, sem nenhuma conexão à política através de familiares ou cônjuges; outra que até então não havia se associado abertamente a política institucional, religiosa, dona-de-casa, “mãe de família”, detentora de atributos conectados ao feminino, esposa devota. Duas mulheres, duas trajetórias distintas, dois modelos de se pensar o *ser mulher*, mas duas coisas em comum: ambas ocupando o espaço público em posições de comando, ocupando lugares tradicionalmente masculinos e ambas lutando pelos ideais democráticos de seus respectivos países.

3.3 “A Nova República é nossa”: A presença da política em *Claudia*

Para o povo ser forte

Eu conversei
Com o pedreiro,
Com o carpinteiro,
E com o dono da lei
Pra resolver nossa sorte
Nós discutimos
E concluímos
Que para o povo ser forte
Não precisa de dietas,
A solução correta
São as eleições diretas

Vamos parar de esperar;
Só lutar por nossas metas,
Reivindicando as eleições diretas.

Eu vi o olhar
Do escrivão,
Do discotecário,
E do caído no bar
Um toque de amargura.
Esse momento de sofrimento
E dessa falsa abertura
Carece de coisas certas
Precisamos das eleições diretas.

Luiz Emilio Vargas¹⁸⁸

O poema, que facilmente poderia ser confundido com um manifesto político de folhetim, se encontrava nas páginas da revista *Claudia*, em uma seção chamada *Aqui, a palavra*

¹⁸⁸ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXIV, n. 282, mar., 1985.

é sua, na qual as(os) leitoras(es) enviavam contos, poemas, comentários para o editorial, que então selecionava os que seriam publicados. Não é necessário abstrair demasiadamente para encontrar o cunho político - e com posição bem definida: “Esse momento de sofrimento / E dessa falsa abertura / Carece de coisas certas / Precisamos das eleições diretas” - defendido no poema, com intenções propagandísticas (do autor e da editora, que selecionou este, entre outras possibilidades). Nota-se também, que o público-alvo deste poema era de fato as leitoras de *Claudia*, devido à relação direta que o autor realizou no trecho: “Não precisa de dietas / A solução correta / São as eleições diretas”, nos remetendo ao modelo clássico de revista feminina, já apresentado, na qual as mulheres se interessavam menos em política do que “em seu próprio corpo”¹⁸⁹.

Assim como neste poema, durante o percorrer destes quatro anos analisados, a política - no seu sentido mais específico de Estado e instituições - foi assunto recorrente, desde explicações sobre o que estava acontecendo no país, até instruções de como participar ativamente desta movimentação. É sobre estas reportagens que iremos nos debruçar neste momento da pesquisa. Antes, acreditamos ser providencial fazer uma curta exposição sobre como o feminismo apareceu em nossa documentação, justamente por acreditarmos que foi essa inserção política do feminismo na revista, como o fenômeno Carmen da Silva, que catalisou o processo de apresentar a política institucional como tema de interesse às mulheres.

3.3.1 *Feminismo e Claudia: um catalisador*

Como já vimos no capítulo 2, Carmen da Silva impulsionou uma transformação no direcionamento político da revista, ao se falar no lugar da mulher na sociedade. Observemos este outro poema publicado na seção *Aqui, a palavra é sua*:

Lição de Mulher

A nós mulheres foi dado conjugar
 Verbos com sufixo terminado em ar.
 A mulher precisa casar e para isso
 Precisa saber, lavar
 Precisa saber, passar
 Precisa saber, enxugar
 Precisa aprender a deitar
 É essencial que saiba se entrega
 -Sem reclamar
 Não é preciso desejar
 Essencial também é poder gerar
 Nunca chorar - precisa saber perdoar
 Precisa aceitar.
 As mulheres abrem os seus cadernos

¹⁸⁹ Cf. editorial de 1961 que citamos na introdução deste trabalho, p. 7.

E recitam diariamente suas lições
 E se casam e lavam e passam e deitam
 E se entregam e não reclamam e não choram
 E se rasgam e se ferem de tanta solidão
 E o verbo amar?
 Este verbo não faz parte desta lição.

Norma Vieira¹⁹⁰

A leitora realiza uma crítica ao papel que a mulher performa na sociedade, o mesmo que encontramos nas análises que nossa bibliografia aponta sobre a *mulher da Claudia* no começo de sua existência, na década de 1960.¹⁹¹ Essa mesma crítica aparece em todas as edições que tivemos acesso de *Claudia*, seja em entrevistas com famosas, seja em matérias sobre Simone de Beauvoir e a “bíblia feminista”¹⁹² *O segundo sexo*, mas especialmente na coluna fixa *Feminismo* assinada por Rachel Gutiérrez, que teve início em meados de 1985 e encontrou seu fim em 1987. Essa será o foco deste segmento.

Em seus artigos, Rachel Gutiérrez trata principalmente as contradições e dificuldades que o feminismo apresenta para as mulheres no seu cotidiano em uma sociedade patriarcal, sempre tentando apresentar soluções. Nos meses de maio e junho de 1986, *Feminismo* trouxe às leitoras, respectivamente, as matérias *Além do marido, o que essa mulher forte ameaça roubar de você?*¹⁹³ e *E quando o homem prefere a princesa adormecida?*¹⁹⁴. As duas matérias se complementam no sentido de relacionar a emancipação feminina com os relacionamentos com o *sexo oposto*. No primeiro caso já na chamada é explicitado qual será o viés do artigo: A mulher “segura, cheia de frases e ideias, inteligente”¹⁹⁵ vai ameaçar o relacionamento com seu homem, mas mais que isso, com você mesma. A partir desse ponto, o assunto é a própria insatisfação e insegurança da *Amélia*¹⁹⁶, que usará esta epifania para buscar a realização pessoal e deixar de viver para o outro. Ao final do texto, ainda, Gutiérrez salienta que “Essas mulheres modernas, fortes, combatem a dominação. Não querem ser dominadoras”¹⁹⁷, levantando a pauta da sororidade feminina. No segundo caso, a situação se inverte: agora que eu me emancipei, e se ele preferir a *Amélia*? Neste artigo, Rachel traz a situação de uma mulher, *Sofia*, que já havia sido *Amélia*, mas que conseguiu se separar, ser bem-sucedida como profissional e mãe, independente. Contudo, ao começar a namorar, *Sofia* não está mais disposta a abrir mão da sua

¹⁹⁰ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXIV, n. 289, out., 1985.

¹⁹¹ Cf. PINSKY, Carla Bazanessi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

¹⁹² CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXIV, n. 291, dez., 1985, p. 47.

¹⁹³ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 296, mai., 1986.

¹⁹⁴ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 297, jun., 1986.

¹⁹⁵ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 296, mai., 1986, p. 183.

¹⁹⁶ Como é denominada na matéria, em referência ao estereótipo da mulher que vive para o lar, conhecido popularmente como *Amélia* devido a música “Ai que saudades da Amélia” de Mário Lago e Ataulfo Alves.

¹⁹⁷ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 296, mai., 1986, p. 186.

independência, o que faz o parceiro a ir atrás de uma *Amélia*. O texto termina com *Sofia* sozinha, porém independente e feliz, Rachel, então, aponta para o fato de que as desigualdades estão visíveis e concretas (cita Carmen da Silva como umas das mulheres que assim as tornaram) e não podem mais ser ignoradas, estando os homens preparados ou não para isso, finalizando com os votos de que em um futuro homens e mulheres possam se reencontrar felizes.

Esse era o tom dos artigos publicados por Rachel Gutiérrez, nos quais infelizmente não poderemos nos aprofundar neste momento, sempre atentando para o fato de os “problemas da mulher moderna” eram apenas o micro de uma “luta mais ampla e profunda”¹⁹⁸. Isso fica evidente, por exemplo, no artigo *É possível ser feminista sem trabalhar fora?*¹⁹⁹ que expõe a questão da mulher que resolve não se submeter as múltiplas jornadas de trabalho, e que se sente inferiorizada por isso, até chegar na questão nacional, citando o último parágrafo do artigo:

E muitas outras questões se apresentam em nossa luta. O próprio conceito de democracia, por exemplo, que escamoteia e disfarça a quase total ausência das mulheres na vida parlamentar e nas atividades do governo, a discriminação da mulher no trabalho e as dificuldades que enfrenta para vencer numa profissão. [...] Penso que ao menos ficou claro que ser feminista - sejamos militantes ou não, tanto faz - nada mais é que do que o esforço que fazemos para tirar consequência de um projeto de democracia verdadeira e coerente.²⁰⁰

3.3.2 *Uma Nova República, uma nova Claudia, uma nova mulher*

Em março de 1986 podia-se ver na capa de *Claudia* os dizeres: “NOVAS SEÇÕES - Para você entender a POLÍTICA, manter a harmonia da FAMÍLIA e cuidar de seus FILHOS”²⁰¹, indicação dos novos (e os velhos que permanecem) interesses das mulheres modernas. E, apesar de não ser possível inferir que havia uma hierarquia de importância entre eles, não acreditamos que o fato de a política ter sido o primeiro citado seja irrelevante, demonstrando que as prioridades femininas estavam, no mínimo, encontrando um balanço. Poderíamos, a partir somente da leitura de *Claudia*, fazer uma linha do tempo da política institucional do período, começando na

IMAGEM 19 – Novas seções



Fonte: CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 294, mar., 1986.

¹⁹⁸ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXVI, n. 305, fev., 1987, p. 174.

¹⁹⁹ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXVI, n. 305, fev., 1987.

²⁰⁰ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXVI, n. 305, fev., 1987, p. 177.

²⁰¹ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 294, mar., 1986.

campanha das *Diretas Já*, passando pela morte de Tancredo e ascensão de Sarney, e chegando até o modo em que a nova constituição afetaria a vida das mulheres. A partir dessas veiculações pretendemos mostrar como a *Claudia* estava intrinsecamente conectada ao seu tempo e como essas mudanças político-institucionais possibilitaram que as mulheres encontrassem brechas e se inserissem no campo das disputas políticas.

Na primeira edição analisada já encontramos um artigo de Carmen da Silva rico de informações que nos ajudarão a defender nossa ideia central. A matéria composta por um vasto texto e a imagem de “bonecas de papel” verdes e amarelas se intitula *Nós também votamos*²⁰². Na chamada a autora expõe:

As eleições estão aí, e se não são diretas como gostaríamos, nem por isso deixamos de participar delas. Afinal, com a volta do debate político, cada um é livre para manifestar suas preferências e defender seus pontos de vista. Mas a abertura não está só nas ruas. Ela começa em casa e dentro de nós mesmas. Por isso, defender a democracia é importante; praticá-la, mais ainda.²⁰³

Observamos, aqui, a correlação que Carmen da Silva faz entre o momento de abertura política e o retorno dos ideais democráticos com a democratização do privado, no sentido da casa e da família, e mais ainda, do interior da mulher, no sentido do *Eu* da psicologia, instância mais privada da sociedade. Isso vai ao encontro das teses feministas sobre a contemporaneidade e a dicotomia público/privado, em que se observa uma invasão do *público* em direção ao *privado*, conforme explicamos anteriormente no capítulo. Mais do que participar, Carmen da Silva defende que a mulher da Nova República participa ativamente e de maneira consciente, afirma que

IMAGEM 20 – Nós também votamos



Fonte: CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 292, jan., 1986.

Dado o grau de consciência atingido pela brasileira de hoje, não tenho a menor dúvida de que sua opção se baseia em critérios sólidos: genuína vocação democrática, credibilidade comprovada, experiência política, bom senso administrativo, discurso equilibrado sem tiradas demagógicas.²⁰⁴

²⁰² CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 292, jan., 1986.

²⁰³ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 292, jan., 1986, p. 60.

²⁰⁴ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 292, jan., 1986, p. 60.

Todas essas características dificilmente seriam associadas ao sexo feminino antes ou durante o período da Ditadura Civil-militar, visto que este raramente era vinculado à *racionalidade* necessária para apresentar estas qualidades.

Mesmo após o falecimento de Carmen da Silva, a participação política feminina continuou sendo tema de interesse, como podemos observar em dois artigos publicados em sequência nos meses de outubro e novembro de 1985. A primeira se chamou *A constituinte vem aí! Vamos participar*²⁰⁵ e a segunda, que intitula nossa monografia, *Atenção, Nova República: Também queremos dar palpites*²⁰⁶. Ambas reportagens foram escritas por Rachel Gutiérrez, sendo a primeira com o intuito de discorrer sobre a constituinte, para qual seriam eleitas(os) as(os) representantes em novembro de 1986, e a importância das mulheres votarem de forma consciente - e de fiscalizar depois. Apontando para o fato de que as mulheres constituíam 52% da população, Rachel defende

IMAGEM 21 – A constituinte vem aí!



Fonte: CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXIV, n. 289, out., 1985.

IMAGEM 22 – Atenção, Nova República



Fonte: CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXIV, n. 290, nov., 1985.

O voto feminino será, portanto, decisivo nas próximas eleições gerais, marcadas para novembro de 86. Nesta data, que deverá ser um marco histórico em nossa vida social e política, o povo brasileiro está sendo chamado a indicar seus representantes na Assembléia Nacional Constituinte, reunida com o objetivo de discutir e definir uma nova Carta Magna - a Constituição do país.²⁰⁷

Consecutivamente, Gutiérrez escreve um panorama da trajetória legislativa do Brasil, utilizando as sete constituições passadas como balizas, segmento do texto denominado “As sete

²⁰⁵ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXIV, n. 289, out., 1985.

²⁰⁶ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXIV, n. 290, nov., 1985, p. 52.

²⁰⁷ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXIV, n. 289, out., 1985, p. 48.

Constituições Brasileiras espelharam situações momentâneas”²⁰⁸. Neste panorama, as conquistas femininas de grau legislativo são acentuadas, trazendo o movimento sufragista, Bertha Lutz, o Movimento Feminino pela Anistia, demonstrando que se as Constituições do Brasil são um reflexo do seu momento histórico (*situações momentâneas*), esta que está sendo discutida é a Constituição da mulher emancipada, afinal é contemporânea à década da mulher²⁰⁹. Ao final, cita Bertha Lutz e conclui, dizendo que as mulheres devem permanecer “Unidas, vigilantes, não só agora, mas depois. [...] Precisamos saber dizer o *sim* e o *não*, quando, como e onde for preciso.”²¹⁰.

O segundo artigo trata das mudanças que a Nova República trouxe para a condição feminina. A reportagem começa relatando como Roseana Sarney, devido aos seus méritos, conseguiu o cargo de assessora do presidente, fato que antes não pareceria possível. Comenta-se também sobre a criação do Conselho Nacional de Mulheres que tinha como finalidade “promover, em âmbito nacional, políticas que visem eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de igualdade de direito, bem como plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país.”²¹¹. Ao falar sobre a violência doméstica e a criação da primeira Delegacia da Mulher, é interessante o que a ex-presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, Eva Blay, afirma: “O que nós, feministas, fizemos foi estimular as mulheres a tornar pública uma situação doméstica”²¹², observando esta sentença percebemos, mais uma vez, o processo de *publicização* do doméstico. O texto, que no seu decorrer é complementado com as frases em destaque *Palpites só não bastam: queremos ação* e *Ação só é pouco: queremos respeito*, termina com os votos de Rose Marie Muraro de que, apesar de as mulheres já terem conquistado muito, este é apenas o início da caminhada²¹³.

Apesar de, por motivos de necessária seleção de matérias, não ser possível nos aprofundarmos, uma coluna chamada *Política* foi publicada durante o ano de 1986, que contou com matérias como: “O homem ainda está com a faca e o queijo na mão”²¹⁴ sobre uma das 50 juristas que estava nos estudos preparatórios para a nova Constituição; “Este será o ano das decisões”²¹⁵, na qual a autora comenta sobre a necessidade de eleger mais mulheres para o

²⁰⁸ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXIV, n. 289, out., 1985, p. 50.

²⁰⁹ A década da mulher foi declarada pela Organização das Nações Unidas após a primeira Conferência Internacional das Mulheres realizada na Cidade do México em 1975. Cf. CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXIV, n. 289, out., 1985, p. 50.; Cf. < <https://nacoesunidas.org/acao/mulheres/> >. Acesso em: 15/12/2017.

²¹⁰ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXIV, n. 289, out., 1985, p. 52.

²¹¹ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXIV, n. 290, nov., 1985, p. 54.

²¹² CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXIV, n. 290, nov., 1985, p. 54.

²¹³ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXIV, n. 290, nov., 1985, p. 58.

²¹⁴ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 294, mar., 1986, p. 149 – 150.

²¹⁵ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 294, mar., 1986, p. 157.

Congresso; “Candidatas que defendem nossa causa”²¹⁶, que discorre sobre a importância não só de ter representatividade feminina na política institucional como também que elas de fato levantem as pautas femininas. Enfim, estas são algumas entre as muitas outras matérias que analisamos que não foi possível colocar no presente trabalho, devido a nossa limitação de espaço, mas que não gostaríamos de ignorar.

Outro fato que nos chamou a atenção, e foi mais um indício da ânsia por uma maior participação política, foi a resposta que a revista apresentou ao “chamado do presidente Sarney”, de fiscalização feminina dos preços. Com o plano Cruzado, o então presidente José Sarney pediu às donas-de-casa que fiscalizassem os preços, para controlar a inflação. A resposta de *Claudia* foi instantânea, com reportagens como “Policiais em lugar de fiscais: ação imediata contra remarcadores”²¹⁷, “Um pacote que mudou os papéis sociais”²¹⁸, “As prestações agora devem ser menores”²¹⁹, “As lições do Cruzado”²²⁰, “A aventura de economizar”²²¹ entre outras. Repletas de dicas de economia, sobre orçamentos, juros, investimentos, essas matérias não só colocavam a mulher enquanto ativa na economia doméstica, como *responsáveis* pelo resultado do Plano Cruzado em termos nacionais, como fica explícito em uma delas: “a mulher acaba de fazer um pacto com o governo: daqui para frente, é ela quem vai assumir a tarefa de controlar e fiscalizar para que as mudanças tenham sucesso.”²²². As imagens (22 e 23) não eram menos significativas, mostrando o quanto o editorial estava defendendo essa perspectiva:

IMAGEM 23 – As lições do cruzado



Fonte: CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 297, jun., 1986.

IMAGEM 24 – Policiais em lugar de fiscais



Fonte: CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 295, abr., 1986.

²¹⁶ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 297, jul., 1986, p. 171.

²¹⁷ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 295, abr., 1986, p. 136 - 137.

²¹⁸ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 295, abr., 1986, p. 159.

²¹⁹ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 295, abr., 1986, p. 160.

²²⁰ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 297, jun., 1986, p. 190.

²²¹ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXVI, n. 311, ago., 1987, p. 172.

²²² CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 295, abr., 1986, p. 159.

Estando os debates acerca da Constituinte em seu auge, a *Claudia* publicou em novembro de 1986 uma matéria sobre quais as pautas que as mulheres tinham para que a tão almejada igualdade fosse alcançada. Para mostrar como eram pautas *gerais* a chamada expõe “Conversamos com escritoras, donas-de-casa, feministas, artistas e profissionais liberais para saber o que esperam da nova Constituição”²²³. As pautas iam desde igualdade na educação entre as meninas e os meninos até o aborto, sem apontar divergências, gerando a sensação de unidade feminina no que diz respeito às reivindicações institucionais.

A partir de 1987 começamos a perceber um decréscimo de matérias sobre política institucional e começam a surgir reportagens que falam de crise do feminismo - como “Mude para uma nova mulher, a de ontem”²²⁴ - e que começam a dismantelar algumas das lutas feministas dos últimos anos - como “Os mitos da revolução sexual”²²⁵. Ainda assim, no final de 1988 com a promulgação da nova constituição, a política voltou a ser um tema com destaque na revista, como observamos na matéria “A família mudou, está mais democrática”²²⁶ que expõe o que vai mudar para a mulher a partir dessa nova Constituição, no que concerne a vida conjugal, a maternidade e os direitos reprodutivos - e o que permanece igual (ou desigual). Juntamente com o fechamento deste período de formulação e construção de uma nova democracia para uma Nova República – nosso recorte temporal –, concretizado na Constituinte de 1988, aqui termina o último capítulo desta monografia, nos restando, apenas, realizar algumas considerações finais.

²²³ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXV, n. 302, nov., 1986, p. 284.

²²⁴ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXVII, n. 316, jan., 1988, p. 150.

²²⁵ CLAUDIA. São Paulo: Abril, Ano XXVII, n. 316, jan., 1988, p. 153.

²²⁶ Cf. p. 17.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o nosso objetivo com esta monografia fosse estabelecer quem era a leitora de *Claudia*, que imagem de *mulher* essa revista cria e reproduz, este não seria cumprido. Os papéis sociais tão definidos pelos modelos rígidos do começo do século XX – por mais que dificilmente plenamente interpretados – foram enfraquecendo na medida em que as mobilizações sociais, tendo como vetor o movimento feminista, e o contexto histórico no qual estavam inseridos se dirigiam para isto.

O movimento feminista, principalmente a partir da década de 1960, já havia aberto os caminhos para que as mulheres lutassem pelos seus direitos, privados e públicos, na busca pela emancipação, pela equidade e pela cidadania – termo mais complexo do que o simples “direito ao voto”, como vimos. Mais do que reivindicar os direitos privados e públicos: as feministas estavam tornando *públicos* os *privados*. A luta pela legalização do aborto, pela liberdade sexual e por métodos contraceptivos de qualidade, pelo fim da violência doméstica; tudo isso que era considerado “problema feminino” se tornou problema social, digno de ser debatido na política institucional. Somando a isso um contexto histórico de redemocratização, obtemos um quadro propício: se teremos uma nova república, uma nova democracia, que república será essa? Quais serão seus novos preceitos e legislação? *Quem* vai ser responsável por responder essas perguntas?

Dessa forma, tanto as mulheres quanto outros grupos sociais institucionalmente marginalizados encontraram em um momento de emergência uma brecha para colocar os seus ideais e pautas, entrando no campo das disputas políticas com uma força inédita para estes no cenário brasileiro. E foi isso que encontramos nas páginas mensais de *Claudia*. Mesmo que cheia de contradições, na tentativa de ser a *amiga* da mulher dos modelos rígidos e da mulher dos modelos flexíveis ao mesmo tempo, não é necessária uma análise muito profunda para ver que transformações latentes perpassavam por aquelas páginas. Tentamos, na medida do que era possível para uma monografia de conclusão de curso, mostrar como, ao passo que a mulher se emancipava, surgiu uma multiplicidade de representações do que é *ser* mulher, número que aumenta exponencialmente até os dias de hoje.

Uma das maiores dificuldades que tivemos foi a necessidade de selecionar, dentro de um recorte temporal que já era menor do que o que almejávamos no começo dessa investigação, que matérias, reportagens, colunas iríamos utilizar para a escrita deste trabalho. Quanto mais entrávamos em contato com a nossa documentação, mais questionamentos surgiam e mais formas de abordar aquela fonte emergiam. Tentamos, de alguma forma, trazer esses elementos

em alguns momentos, como a questão da representação das *masculinidades* em *Claudia* ou a presença de campanhas publicitárias que evidenciam essas transformações, dois temas que por si já possibilitavam uma outra monografia inteira. Ainda assim, foi a massiva presença do debate político que nos despertou mais interesse, sendo esse nosso enfoque.

O binômio *público/privado* é um sistema estruturante da nossa sociedade. O que o torna tão complexo reside no fato de que essas fronteiras estão em constante movimento e são distintas em diferentes setores sociais, com atravessamentos como raça, classe e sexualidade. E, mesmo dessa forma, quando se há um movimento intencional de subverter esta separação de espaços, há normalmente uma reação de igual ou maior intensidade, na tentativa de reestabelecer o *status quo* de dominação. Aqui podemos fazer uma relação, considerando nosso trabalho como político, com a nossa conjuntura atual. É inegável que os grupos considerados subalternos, nos últimos anos, têm aparecido cada vez com mais força na luta pelos seus direitos, principalmente os movimentos feministas, o movimento negro e o LGBT*, que, na maioria das vezes, somam suas forças. O discurso dos Direitos Humanos, após a *era dos extremos* que marcou o século XX, também se tornou um dos fundamentos da sociedade ocidental contemporânea. Entretanto, é inegável também que há uma força reacionária, em termos principalmente morais, religiosos e nacionalistas, que tenta frear esse movimento. O golpe no Brasil em 2016, as eleições que colocaram Donald Trump na presidência dos Estados Unidos, a xenofobia direcionada aos refugiados, são apenas acontecimentos pontuais de um processo muito maior de conservadorismo. Sem dúvida um dos motivos que levaram a isto é não aceitação da invasão da *vida pública* – da qual só tem direito historicamente o homem branco heterossexual – pelos *novos* sujeitos da história. É por esses motivos que se faz muito importante *desnaturalizar* essas fronteiras, *historicizando-as*.

Conforme foi visto nesta monografia, devido a um constante ímpeto de tornar público o que é da esfera privada, foi se transformando a própria substância do que é público e do que é privado, bem como do que é *ser* homem e *ser* mulher. Não podemos pensar apenas em como os corpos sexuados transitam entre as esferas, mas como as próprias esferas se transformam conforme se subverte o esquema dicotômico delas próprias. É interessante, ao estudarmos esta divisão, termos a ciência de que, por vivermos em uma sociedade na qual esta separação atua sobre os indivíduos, iremos em algum nível imprimir nossas próprias definições e conceitos do que seria *público* e do que seria *privado*. Por esta razão, não vemos o estudo da vida privada ou íntima como somente o estudo do *interior* do lar, em contraposição ao político, o *exterior*. “O pessoal é político” transcende a pauta feminista no campo político dos movimentos sociais e se

torna uma maneira interessante de analisar as relações de gênero e sua vinculação com as categorias de *privado e público*.

Não há dúvidas de que realizar este trabalho nos provocou mais questionamentos do que respostas. Na medida em que líamos a bibliografia, nos debruçávamos sobre as revistas e escrevíamos a nossa análise, nosso conjunto de possibilidades aumentavam, sobre os quais, na maioria das vezes, tivemos que somente nos contentar com suposições. Quando o feminismo começou a ser claramente um posicionamento presente na revista? Em que medida a repressão da Ditadura Civil-militar se relacionou com isso, seja freando ou impulsionando? Qual a razão de a partir de 1988 começarmos a notar uma queda da influência feminista na revista, chegando ao ponto em que, ao lermos edições de 2017, quase não acreditarmos no que encontramos na *Claudia* em 1985? Como se articulou a *remoralização* do corpo feminino, comparando o período estudado e hoje, considerando, por exemplo, a aprovação de uma emenda à lei que pode restringir o aborto inclusive em casos de estupro?²²⁷ Esses são alguns dos questionamentos sobre os quais podemos somente especular, na expectativa de que tenhamos a oportunidade de investiga-los e quiçá responde-los algum dia.

²²⁷ Cf. tramitação da PEC 181/2015. Disponível em: <
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2075449>>. Acesso em:
20/12/2017.

REFERÊNCIAS

Documentação Analisada

Edições da revista *Claudia*²²⁸:

1985:

- CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXIV, n. 280, jan., 1985.
CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXIV, n. 281, fev., 1985.
CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXIV, n. 282, mar., 1985.
CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXIV, n. 283, abr., 1985.
CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXIV, n. 284, mai., 1985.
CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXIV, n. 285, jun., 1985.
CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXIV, n. 286, jul., 1985.
CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXIV, n. 287, ago., 1985.
CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXIV, n. 288, set., 1985.
CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXIV, n. 289, out., 1985.
CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXIV, n. 290, nov., 1985.
CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXIV, n. 291, dez., 1985.

1986:

- CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXV, n. 292, jan., 1986.
CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXV, n. 293, fev., 1986.
CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXV, n. 294, mar., 1986.
CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXV, n. 295, abr., 1986.
CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXV, n. 296, mai., 1986.
CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXV, n. 297, jun., 1986.
CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXV, n. 298, jul., 1986.
CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXV, n. 299, ago., 1986.
CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXV, n. 300, set., 1986.
CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXV, n. 301, out., 1986.
CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXV, n. 302, nov., 1986.

²²⁸ Por ordem cronológica e separadas por ano.

1987:

CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXVI, n. 305, fev., 1987.
 CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXVI, n. 308, mai., 1987.
 CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXVI, n. 309, jun., 1987.
 CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXVI, n. 310, jul., 1987.
 CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXVI, n. 311, ago., 1987.
 CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXVI, n. 312, set., 1987.
 CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXVI, n. 314, nov., 1987.

1988:

CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXVII, n. 316, jan., 1988.
 CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXVII, n. 317, fev., 1988.
 CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXVII, n. 318, mar., 1988.
 CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXVII, n. 319, abr., 1988.
 CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXVII, n. 320, mai., 1988.
 CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXVII, n. 321, jun., 1988.
 CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXVII, n. 322, jul., 1988.
 CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXVII, n. 323, ago., 1988.
 CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXVII, n. 324, set., 1988.
 CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXVII, n. 325, out., 1988.
 CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXVII, n. 326, nov., 1988.
 CLAUDIA. São Paulo: Ed. Abril. Ano XXVII, n. 327, dez., 1988.

Outros documentos:

BIBLIOTECA VIRTUAL DE DIREITOS HUMANOS – USP. **Declaração dos direitos da mulher e da cidadã (1791)**. Disponível em: < <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html> > Acesso em: 27/10/2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição 181/2015**. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2075449> > Acesso em: 20/12/2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, 1987**. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/atividade->

[legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/a-constituente-e-as-mulheres/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf](#) >. Acesso em: 18/07/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Nomes no Brasil**. Disponível em: < <http://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/search/response/394> >. Acesso em: 14/06/2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **A ONU e as Mulheres**. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/acao/mulheres/> >. Acesso em: 15/12/2017.

WHITAKER, Carolina. **Cecéu**. fev. 2016. Disponível em: < <http://carolinawhitaker.com.br/ceceu/> >. Acesso: 17/11/2017

Referências Bibliográficas

ABOIM, Sofia. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. **Estudos Feministas**, Florianópolis: Ed. UFSC. n. 20(1), p. 95 - 117, jan./abr., 2012.

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. Masculino/Masculinidade. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, pp. 434 – 441.

BADINTER, Elisabeth. O amor ausente. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, pp. 25 - 144.

BORELLI, Andrea; MATTOS, Maria Izilda. Trabalho. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, pp. 639 - 644.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus, 2009.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

_____. **À Beira da Falésia**: A História entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CONNEL, Robert W.; MESSERSCHIMIDT, James W. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Santa Catarina: Ed. UFSC. n. 21(1), p. 241 - 282, jan./abr., 2013, p. 245.

CURADO, Jacy Corrêa. Sexualidade. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, pp. 604 – 607.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Cuerpos Sexuados**. Barcelona: Editorial Melusina, 2006.

FERNANDES, Anna Cláudia Bueno. As mulheres em *Realidade: Modelos femininos e histórias possíveis* (1966 – 1976). IFCH/UFRGS, (**Dissertação de mestrado**), Porto Alegre, 2017, 289f.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. Revolução Francesa e vida privada. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Cia. das letras, 2009

LOBATO, Mayara Luma Maia. A trajetória do feminino na imprensa brasileira: o jornalismo de revista e a mulher do século XX. In: **Anais do 9º Encontro Nacional de História da Mídia**. Ouro Preto, 2013. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/a-trajetoria-do-feminino-na-imprensa-brasileira-o-jornalismo-de-revista-e-a-mulher-do-seculo-xx> > Acesso em: 29/05/2017.

LUCA, Tânia Regina de. Mulher em Revista. In: PINSKY, Carla Bazanessi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2016, pp. 447 - 468, p. 464.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. Uma senhora de respeito: A autoria feminista na escrita de Carmen da Silva (1919 – 1985). **Organon**, Porto Alegre, n. 53, jul. – dez., 2012, p. 109 – 127.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revista: a fragmentação da cultura no século XX**. São Paulo: Olho D'água, 2003.

_____. O masculino e o feminino nas narrativas da cultura de massas ou o deslocamento do olhar. **Cadernos Pagu**(21), Campinas, 2003, pp. 13 – 38.

MOREIRA, Laís de Araújo. Direito e Gênero: A contribuição feminista para a formação política das mulheres no processo de (re)democratização brasileiro. **Gênero & Direito**, João Pessoa, v. 5, n. 1, 2016, pp. 217 - 255

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**. Florianópolis: Ed. UFSC. n. 8(2), mai./ago., 2000.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**. Santa Catarina: Ed. UFSC. n. 16(2), p. 305-332, mai./ago., 2008.

OLIVEIRA, Claudia Neli Borragini Abuchaim de. Um Olhar Sobre o Olho que Olha: Adorno do Ethos, Autoridade do Pathos e Mudanças Discursivas na Constituição do Feminino na Revista Claudia. PUC-SP, (**Tese de Doutorado**), São Paulo, 2014, 229f,

PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bazanessi (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PINSKY, Carla Bazanessi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. A Era dos Modelos Rígidos. In: PINSKY, Carla Bazanessi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2016, pp. 469 – 512.

_____. A Era dos Modelos Flexíveis. In: PINSKY, Carla Bazanessi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2016, pp. 513 - 544.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, pp. 15 - 23, 2010.

_____. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. **Revista USP**. São Paulo: EDUSP. n. 49, p. 98 – 112, mar./mai., 2001.

PIRES, Monique Vidal. Mulheres em profusão: imagens das mulheres na propaganda impressa brasileira (1957 a 1997). (**Dissertação de mestrado**). Brasília, 2007.

PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada, 5: da Primeira Guerra a Nossos dias**. São Paulo: Cia. das letras, 2009.

_____. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2008. RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o Gênero. **Cadernos Pagu** (11), Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, São Paulo, 1998.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SAMPAIO, Paula Faustino. Aborto. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, pp. 16 – 20.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992, pp. 63 – 95.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. 20(2). jul-dez 1995.

SENA, Tito. Os relatórios Shere Hite: Sexualidades, Gênero e os Discursos Confessionais. **Fazendo Gênero** 2008, p. 2.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres e história de gênero – um depoimento. **Cadernos Pagu**(11), Campinas, 1998.

VALDÉS, Teresa; FERNANDÉZ, Maria de los Angéles. Género y política: un análisis pertinente. In: **Política**. Santiago: Universidad de Chile, n. 46, pp. 9 – 33.

VERSIANI, Maria Helena. **Uma república na Constituinte** (1985 – 1988). In: Revista Brasileira de História. São Paulo: v. 30, n. 60, pp. 233 – 252, 2010.